

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO NATUREZA E CULTURA – INC  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**ALINE LUANA MENDES MAGALHÃES**

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Benjamin Constant

2021

**ALINE LUANA MENDES MAGALHÃES**

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção de título de graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia no Instituto Natureza e Cultura – INC/UFAM/BC.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Maria Auxiliadora dos Santos Coelho

Benjamin Constant

2021

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M188a Magalhães, Aline Luana Mendes  
Avaliação na educação infantil em tempos de pandemia / Aline  
Luana Mendes Magalhães . 2021  
79 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Maria Auxiliadora dos Santos Coelho  
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Educação Infantil. 2. Pandemia. 3. Avaliação. 4. Criança. I.  
Coelho, Maria Auxiliadora dos Santos. II. Universidade Federal do  
Amazonas III. Título

**ALINE LUANA MENDES MAGALHÃES**

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE  
PANDEMIA**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como  
requisito para a obtenção do grau de licenciado (a) em  
Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura  
INC/UFAM/BC

Aprovado em 09 de julho de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**



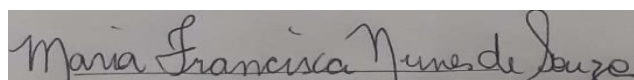
---

Prof.º MSc. Maria Auxiliadora dos Santos Coelho -Presidente  
Instituto de Natureza e Cultura/UFAM/BC



---

Prof. Dra. Marinete Lourenço Mota - Membro  
Instituto de Natureza e Cultura/UFAM/BC



---

Prof. MSc Maria Francisca Nunes de Souza- Membro

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico essa monografia aos meus pais meus primeiros incentivadores educacionais, que nunca mediram esforços para me ver chegar até aqui, a toda a minha família que esteve sempre presente na minha caminhada. Ao meu esposo por todo apoio, incentivo e cuidado, e em especial ao meu filho, minha maior inspiração para tal realização.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço primeiramente a Deus por me guiar em todo meu trajeto educacional.*

*Aos meus pais Mariza Mendes e Aldenor Filho por todo apoio necessário em minha jornada de formação profissional, obrigada por sempre acreditarem em mim e por muitas vezes exercer eu papel de mãe quando precisei me fazer ausente, que sem vocês não seria possível.*

*Às minhas irmã Kelly Miller e Karinny Magalhães por sempre me presentear com seu apoio e por me impulsionarem a ir em busca dos meus objetivos.*

*Ao meu esposo Gracimael Barroso que sempre se fez disposto a me ajudar em tudo que precisei para chegar até aqui.*

*Em especial ao meu amado filho Gracimael Junior por entender minha ausência, e por me acompanhar durante minhas produções noturnas independente do horário esteve comigo cada noite demonstrando que eu não estava só e que o quanto todo o meu esforço iria ser recompensado.*

*Agradecer imensamente a minha orientadora Maria Auxiliadora por todos os ensinamentos proporcionados, por toda paciência e por me mostrar que eu era capaz.*

*A professora que fez parte da pesquisa por estar sempre disposta a fornecer os dados necessários para esta pesquisa e por sempre me atender virtualmente sempre que necessário.*

*A minha colega de turma e amiga Thamilly, obrigada por todo apoio emocional, educacional que me deu durante os dias difíceis.*

*Meu muito obrigada a todos vocês.*

## RESUMO

Esta monografia aborda a temática Avaliação da Educação Infantil, tendo como foco principal a análise do processo de avaliação na educação infantil no período de pandemia, considerando os aspectos do desenvolvimento integral das crianças e a repercussão na vida escolar e social das crianças. Especificamente buscou averiguar as concepções de avaliação na educação infantil do atual sistema escolar através do projeto rádio escola no município de Benjamin Constant – AM, identificando os critérios e instrumentos avaliativos utilizados com as crianças no período de pandemia. Para desenvolver do trabalho, da pesquisa e análise de dados, o estudo fundamentou-se nos seguintes aspectos legais: LDBN (1996); Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998); Parecer CNE/CEB Nº 20 das Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil (2009); Ariès (1981); Base Nacional Comum Curricular (2017); Proposta Pedagógica para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (2015); Projeto Educacional Rádio Escola: nas ondas do conhecimento (2020); Parecer CNE/CP Nº2 (2020), dentre outros. Para tal, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, pautando a pesquisa no método fenomenológico, através de análise de documentos e aplicação de questionário, para o pleno alcance dos objetivos previamente definidos. Desse modo, a pesquisa mostrou que diante da pandemia e os cuidados necessário para evitar a contaminação em massa do vírus da COVID-19, foi necessário pensar em um novo modelo educacional que pudesse atender todos os alunos da rede municipal, diante disso foi criado o Projeto Rádio Escola no qual as aulas acontecem através de um programa de rádio, as crianças acompanham de casa com a realização das atividades da apostila, que é entregue aos pais, disponibilizando de orientações acerca das atividades. No entanto, as avaliações diante desse atual modelo educativo ficam comprometidas, quando se considera as dimensões avaliativas da Educação Infantil de cuidar, educar e brincar, viabilizando então que a mesma ocorra apenas de forma diagnóstica e não conceitual.

**Palavras-chaves:** Educação Infantil. Pandemia. Avaliação. Criança.

## RESUMEN

Esta monografía aborda el tema Evaluación de la Educación Infantil, con el foco principal en el análisis del proceso de evaluación en la educación infantil durante el período pandémico, considerando los aspectos del desarrollo integral de los niños y el impacto en la escuela. y vida social de los niños. Específicamente, se buscó investigar los conceptos de evaluación en la educación infantil en el sistema escolar actual a través del proyecto de escuela de radio en la ciudad de Benjamin Constant - AM, identificando los criterios e instrumentos de evaluación utilizados con los niños durante el período pandémico. Para el desarrollo del trabajo, de la investigación y el estudio se basó en los siguientes aspectos legales: LDBN (1996); Referencia del plan de estudios nacional para la educación de la primera infancia (1998); Opinión del CNE CEB No. 20 de las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Infantil (2009); Aries (1981); Base de currículo nacional común (2017); Propuesta Pedagógica de Educación Infantil en la Red de Educación Municipal (2015); Proyecto Educativo Radio Escola: sobre las olas del conocimiento (2020); Opinión CNE/CP No.2 (2020), entre otros. Para ello, se desarrolló una investigación cualitativa, basando la investigación en el método fenomenológico, mediante el análisis de documentos y la aplicación de un cuestionario, con el fin de alcanzar plenamente los objetivos previamente definidos. Finalmente, la investigación mostró que ante la pandemia y los cuidados necesarios para evitar la contaminación masiva del virus COVID-19, era necesario pensar en un nuevo modelo educativo que pudiera atender a todos los estudiantes de la red municipal. las clases se realizan a través de un programa de radio, los niños los acompañan desde casa con las actividades del folleto, que se entrega a los padres, brindándoles orientación sobre las actividades. Sin embargo, las evaluaciones a la vista de este modelo educativo actual se ven comprometidas al considerar las dimensiones evaluativas de la educación infantil de cuidar, educar y jugar, lo que permite que se produzca solo de manera diagnóstica y no conceptual.

**Palabras clave:** Educación Infantil. Pandemia. Evaluación. Niño.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA**

Art.	Artigo
B.C.	Benjamin Constant
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID -19	Corona Vírus Disease 2019
CP	Conselho Pleno
INC	Instituto de Natureza e Cultura
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional para a Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental
PME	Plano Municipal de Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento para a Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UFAM	Universidades Federal do Amazonas
OMS	Organização Mundial da Saúde

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Bairro da Colônia I e Colônia II.....	37
Figura 02: Escola Municipal de Educação Infantil Frei Benigno Falchi.....	37
Figura 03: Frei Benigno Falch.....	39
Figura 04: Primeiro Programa da Educação Infantil na Rádio Escola.....	39

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: Comparação entre o RCNEI e a BNCC.....	22
Quadro 02: Campos de Experiências da apostila de acordo com a BNCC.....	55

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>14</b>
1.1 CONCEPÇÃO DA CRIANÇA E INFÂNCIA.....	14
1.2 A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA.....	19
1.2.1 Educação infantil em tempos de pandemia.....	28
1.3 AVALIAÇÃO NO PROCESSO EDUCATIVO.....	32
1.3.1 Avaliação na Educação Infantil .....	35
1.3.2 O que avaliar?.....	37
1.3.3 Como avaliar?: os critérios e instrumentos de avaliação.....	40
<b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>43</b>
2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA .....	43
2.2 TIPO DE PESQUISA.....	44
2.3 UNIVERSO DA PESQUISA.....	45
<b>3 A ANALISANDO A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PROCESSOS AVALIATIVOS NA PANDEMIA.....</b>	<b>48</b>
3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL EM BENJAMIN CONSTANT.....	48
3.1.1 O Ensino Remoto com Crianças da Educação Infantil: Experiência do Projeto Rádio Escola.....	53
3.2 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO SISTEMA ESCOLAR.....	59
3.3 CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PANDEMIA.....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>76</b>

## **INTRODUÇÃO**

A monografia intitulada A Avaliação da Educação Infantil em Tempos de Pandemia, objetiva analisar o processo de avaliação na educação infantil no período de pandemia, considerando os aspectos do desenvolvimento integral das crianças e a repercussão na vida escolar e social delas.

Os estudos em prol da avaliação vêm cada vez mais ganhando espaço nas discussões no âmbito da educação, considerando sua importância para o caminhar do processo educativo já que ela oferece ferramentas para repensar as práticas pedagógicas. Contudo, se faz pertinente a análise da avaliação da educação infantil diante das aulas não presenciais, por conta da pandemia, para entender a repercussão na vida escolar e social das crianças.

Entendendo que as mudanças nas práticas educativas por conta da pandemia foram necessárias, e em especial no município de Benjamin Constant – Am, se faz indispensável averiguar as concepções de avaliação na educação infantil do sistema escolar atual e a implementação do projeto rádio escola no município, identificando os critérios e instrumentos avaliativos utilizados com as crianças no período da pandemia.

Para a realização do referido estudo, foi utilizado a abordagem qualitativa que permitiu analisar o fenômeno de maneira casual, pois não objetivou em quantificar os dados coletados. Orientou-se através do método fenomenológico com o intuito de mostrar a realidade tal como se apresenta. Como técnica para análise de dados foi utilizado a pesquisa documental, a análise documental e o questionário, reunindo dados para análise dos anos de 2020 e 2021.

Assim sendo, o Trabalho de Conclusão de Curso contempla três capítulos. O primeiro traz uma abordagem histórica-social dos conceitos de criança e infância, posteriormente apresentando relatos históricos sobre a educação da criança e seus aspectos legais, apontando as mudanças nos cunhos educacionais diante da pandemia, foi trabalhado também conceitos de avaliação, a avaliação na educação infantil, contemplando o que e como deve ocorrer a avaliação da educação infantil diante dos aspectos legais.

O segundo capítulo apresenta toda a parte metodológica em que o estudo se pautou, contemplando todos os cuidados diante das coletas de dados, conforme a Organização Mundial de Saúde define para evitar o contágio do vírus da COVID-19. Por último, o terceiro apresenta a análise e discussão dos dados coletados, contemplando discursões e análises acerca da educação infantil no município, o ensino remoto com as crianças da educação infantil através

da experiência do projeto rádio escola, as concepções que a rede municipal de ensino possui sobre a avaliação, e os critérios e instrumentos avaliativos utilizados nesse processo.

## 1 REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O presente capítulo tem como objetivo os enlaces teóricos da pesquisa realizada, através do processo histórico-social em virtude das concepções de Criança e Infância e seus princípios, e assim refletir sobre Educação da Criança entendendo de que forma se deu tal processo até os dias atuais; Educação Infantil em Tempos de Pandemia, reconhecendo um novo modelo de educação diante da pandemia; Avaliação no Processo Educativo apresentando os aspectos legais do que e como avaliar.

Entende-se que a avaliação é crucial para dialogar sobre como caminha o processo educativo e para que ela siga de maneira coerente dando um feedback para que o professor possa considerar o que deve ser mantido ou mudado, se faz imprescindível que a escola de em geral defina a criança e a infância de modo a considerá-la parte do processo educacional. Diante disso, é importante retratar historicamente suas concepções.

### 1.1 CONCEPÇÃO DA CRIANÇA E INFÂNCIA

Os termos infância e criança foram construídos historicamente e conforme o contexto social vivido, influenciado pelos aspectos políticos, econômicos e culturais, que refletiram diretamente nas políticas sociais e educacionais de atendimento à criança. Contextos histórico-sociais que traziam ideologias e concepções ocultados como desigualdade social, vulnerabilidade, trabalho infantil, acesso dos direitos básicos de vida, entre outros.

Ariès (1981) apresenta, a partir de análises iconográficas, diários de família, documentos de época, que viver a infância e ser criança ocorreu de diferentes formas. As crianças e sua infância, estiveram sempre à margem da sociedade e das suas relações com o adulto. O conceito de infância decorre diante do cenário sócio-histórico em que a criança está inserida, sofrendo alteração conceituais de acordo com a época e com a vivência social que as mesmas possuíam.

Nos séculos XI e XII as crianças não eram inseridas nas artes medievais, uma vez que quando apresentadas eram feitas como um adulto em tamanho menor, o adulto em miniatura. Expressão essa utilizada para conceituar as crianças da época, que a partir dos sete anos de idade eram vestidas como os adultos, e a partir daí expandia-se as relações sociais das crianças, pois eram inseridas no mundo do trabalho ou no âmbito escolar. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais.” (ARIÈS, 1981, p.14)

Não se pode dizer que nessa época a infância não existia, uma vez que as crianças fizeram parte e vivenciaram tal momento histórico, no entanto, os adultos desse período não compreendiam suas especificidades de acordo com suas faixas etárias.

A partir dos séculos XV e XVI o anonimato das crianças começa a desaparecer, uma vez que elas surgem juntamente com suas famílias, e também suas imagens eram exibidas em túmulos, considerando que essa época é marcada pelo grande índice de mortalidade infantil devido a precariedade da higiene e saúde.

A partir de Ariès (1981), Bujes (2002) relata que no século XIX existiam histórias da infância escritas, e que em meados do século XVI inicia-se um novo significado para as crianças, um novo regime discursivo sobre infância.

Começa-se a ter um outro olhar de criança. a partir do século XVII, onde a infância foi descoberta, e as crianças passam a possuir o lugar central no âmbito familiar através da aparição e da moralização (sentimentos de infância), que passaram a ser bastante expressivos nessa época, onde desencadearam nas famílias burguesas um maior cuidado com a higiene e com a saúde física das crianças. Como afirma Ariès (1981),

A evolução da família medieval para a família do século XVII e para a família moderna, durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e a mais numerosa, vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas das casas dos pais. (ARIÈS, 1981, p.271)

Etimologicamente a palavra infância deriva da expressão latina ‘infante’ que significa aquele ‘incapaz de falar’. Com isso, é possível entender o porquê as crianças não eram concebidas como seres históricos e sociais, pois acreditava-se que os mesmos não possuíam capacidade de falar por si. De acordo com Miller,

A criança tanto no contexto social macro, sociedade, como no micro, família, é comum crianças serem ignoradas como sujeitos participantes. A forma como a criança se insere socialmente é negligenciado pelas famílias, pelas escolas que tentam a qualquer custo transformar a criança em adultos com responsabilidades que vão além de suas capacidades físicas e cognitivas de entendimento das coisas do mundo, roubando suas infâncias, suas formas de viverem como crianças em que a brincadeira livre e espontânea assume característica essencial de inserção e inclusão social da criança. (2019, p. 27)

A infância é uma fase de suma importância para o ser humano, pois é nela que se constrói a personalidade, a qual será mantida durante o resto da vida, e é por isso que se faz necessário construir e desenvolver uma boa educação para as crianças durante toda a infância. “A primeira infância tem se constituído, ao longo do tempo, como um período de intensas



mudanças orgânicas e mentais, pois, em nenhuma outra fase da vida do ser humano, ocorrem transformações tão significativas como nesse período.” (PONTES; PESSOA, 2014, p.15). Desse modo, criança sempre existiu, mas a infância não, isto é, a criança sempre fez parte do meio social ainda que descaracterizada, mas não viveu a infância.

A infância hoje possui uma concepção bem diferente dos séculos anteriores, já que se sabe que tais concepções (de infância e criança) foram construídas historicamente de acordo com o cenário histórico – social vivenciados pelas crianças. E assim sendo, Kramer (*apud*, PONTES; PESSOAS, 2007, p.15) diz que, “A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância.”

É fundamental compreender que a infância é uma etapa de vida e que nesta etapa a criança precisa ser entendida como centro do processo e como um ser capaz. Assim sendo, para Kramer (2000),

Entender que as crianças têm um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, que subverte o sentido da história, requer que se conheça as crianças, o que fazem, de que brincam, como inventam, de que falam. Nesta concepção de infância, história e linguagem são dimensões importantes de humanização: há uma história a ser contada, porque há uma infância do homem. (KRAMER, 2000, p.2)

Entende-se que as crianças precisam ser entendidas como seres que possuem um jeito próprio de ver e conceber o mundo em que vive, e que a família, a sociedade, a escola e principalmente os professores precisam considerar as individualidades de cada criança, tendo em vista que elas são agentes transformadoras da realidade.

Atualmente as crianças são concebidas como um sujeito social e histórico, capaz de criar e recriar conceitos de acordo com suas experiências vividas em seu dia a dia.

As crianças constroem o seu próprio conhecimento a partir das interações que estabelecem com outras pessoas e com o meio em que vive. O conhecimento não se constitui em cópias da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significado e resignação. (BRASIL, 1998, p. 21)

Hoje a criança já não vive mais em um anonimato no meio social, é vista como um sujeito de direitos e tem os mesmos garantidos legalmente, e desta forma, ela é amparada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as quais garantem sua integridade física, moral, social e educativa. De acordo com Kramer (*apud*, PONTES; PESSOAS, 2007, p.15)

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcados, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é,

mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência da cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista.

As concepções acerca da infância e da criança perpassam por momentos diferentes e com isso suas definições ao longo do tempo foram se modificando de acordo com o período e sociedade vivenciada. É através da imaginação, da criação, da brincadeira e da fantasia que a criança produz cultura, uma vez que as mesmas possuem um jeito único de ver o mundo.

Considerando isso, trouxemos para reflexão as concepções teóricas de Frederico Froebel, Maria Montessori, Célestin Freinet e Constance Kami, estes que contribuíram e contribuem para propostas pedagógicas a partir da criança.

Frederico Froebel foi idealizador do pensamento pedagógico acerca dos Jardins de Infância, que considerava as crianças como plantinha de um jardim, em que os professores eram seu jardineiro. Nesta linha de pensamento, a expressão das crianças se dava por meio da percepção sensorial, da linguagem e do brincar, e a linguagem oral estaria associada a natureza e a vida.

Froebel tinha como princípios o respeito pelas crianças, liberdade para exercer seus sentidos através do movimento e de observações, ênfase nas atividades manuais, e no início das atividades educacionais antes dos seis anos. A partir disso, a criança como “[...] um ser repleto de potencialidades, a semente do fruto que traz dentro de si tudo aquilo que poderá vir a ser, o germe de toda a atividade que está por ser realizada.” (ANGOTTI, 2002, p. 9). Com isso, Froebel compara a criança com uma planta que necessitam de cuidados específicos para que possa crescer de forma saudável.

Para ele a infância é a “[...] fase essencial da vida do homem e da humanidade, [...]” (ANGOTTI, 2002, p. 9). Percebe-se que a proposta froebeliana amplia a visão sobre as crianças (reconhecendo que as mesmas necessitam de cuidados) e a infância (ressaltando a importância desta fase para a vida adulta), no entanto, o mesmo acreditava que seria possível igualar todos as pessoas durante a infância, uma vez que nessa fase elas ainda foram ‘corrompidas’ pela sociedade.

Seus pensamentos contribuíram para que um novo modelo de educação a qual objetivava o estímulo ao livre pensamento, a liberdade, a criatividade, o respeito a individualidade de cada criança, e ao estímulo da evolução das mesmas, pautadas em uma metodologia lúdica com o intuito do desenvolvimento sensório-motor da criança.

Maria Montessori que defendia o pensamento pedagógico da Escola Nova, apresenta uma proposta pedagógica para a educação pré-escolar, baseado na liberdade e individualidade do aluno. Assim sendo, seu método busca desenvolver o potencial criativo desde a primeira infância. Essa proposta vem da concepção da escola nova que trata de uma educação além dos limites do acúmulo de informações, objetivando a formação integral do jovem, para o “educar para a vida”.

Montessori afirma que a criança “[...] é um explorador ousado de um mundo em que tudo é novidade, e, como explorador, o que mais necessita é de um caminho: isto é, algo limitado e direto, que a conduza e a salve dos fatigantes desvios que a estorvam em seu avanço.” Montessori (*apud*, ANGOTTI, 2002, p. 25). Para ela, as crianças necessitam vivenciar um ambiente que as permitam explorar e desenvolver suas habilidades já advindas de sua natureza.

Ela também acreditava que “[...], a criança deveria ser vista como o pai do adulto ao se pensar no futuro do homem, no aperfeiçoamento da humanidade, no enriquecimento da sociedade por pessoas mais justas, harmônicas, cheia de paz.” (ANGOTTI, 2002, p. 25). Esse pensamento se dava pelo fato de a criança possuir pureza, determinação, criatividade, entre outras qualidades, que o adulto já não obtinha com tanta clareza e espontaneidade. Nesse sentido, o método dela contribuiu para uma melhor organização do espaço tornando-o mais atraente, a participação ativa do aluno nos processos e nas atividades, a utilização de materiais multissensoriais, a ênfase no desenvolvimento social ao invés da memorização.

Célestin Freinet, outro teórico importante para a educação infantil, contribuiu com o pensamento pedagógico antiautoritário, que estão baseadas em investigações perante a maneira de pensar da criança e na forma como ela constrói seus conhecimentos. Assim sendo, a boa interação entre professor e aluno é algo essencial para a aprendizagem.

Na concepção de Freinet a criança é concebida como “[...] a chave do futuro, é a esperança de realizações futuras em defesa do direito de todos, na transformação da sociedade, no trabalho pela coletividade.” (ANGOTTI, 2002, p. 48). Com isso, Freinet deposita na criança toda a reponsabilidade de um futuro próspero, mas considerando que se faz necessário que seja desenvolvido nelas o autoconhecimento, para que mesmo em suas individualidades possam ir sempre em busca da felicidade.

Freinet através de sua concepção trouxe grandes contribuições educacionais através da atividade coletiva, buscando favorecer transformações no contexto social a partir da educação, uma vez que ele concebia a escola como um elemento ativo de mudança social, utilizando como técnicas o desenho livre, texto livre, as aulas-passeio, o caderno curricular para os professores,

etc. Sua proposta concebia a criança com ponto central, partindo dos princípios de senso de responsabilidade, sociabilidade, criatividade, comunicação, afetividade, autonomia, entre outros.

Refletimos também a concepção de Constance Kamii, que vê a criança como um ser capaz de construir e reconstruir conceitos de acordo com sua realidade vivida e com as pessoas que convivem, estando em constante interação com tudo que a rodeia. Como afirma Wadsworth, (*apud*, ANGOTTI, 2002, p. 70) “A criança é um cientista, um explorador, um pesquisador, instrumental crítico na construção e organização do mundo e do seu próprio desenvolvimento.”

Notamos que essas concepções de criança perpassam por diversas significações no meio educacional e social, em busca de melhor defini-la, e meios pedagógicos para se obter uma sociedade melhor e menos corrompida em valores, visando o respeito ao lado individual e coletivo de cada ser, sendo assim, a educação infantil possui um trabalho relevante na construção de uma sociedade mais satisfatória e coesa.

Considerar a criança como um ser ativo socialmente e que não precisa crescer para tornar-se um ser social, é valorizar a criança como um ser histórico e de produção cultural, que precisar ser entendido e respeitado em todas as suas dimensões. Conforme diz Sirota (2001) “As crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir. As crianças são ao mesmo tempo produtos e atores dos processos sociais.” (SIROTA, 2001, p.19)

A infância é uma fase de vida em que se faz imprescindível ser vivida em sua plenitude, considerando que a infância através de suas singularidades evidencia a criança como um ser que sente e que possui sua forma singular de conceber o mundo. E foi através das mudanças ocorridas sobre o significado de infância que proporcionou mudanças nas propostas pedagógicas, com o intuito de promover o desenvolvimento integral e a construção de conhecimentos pelas crianças.

## 1.2 A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA

Entendendo que a concepção de criança e infância foi se modificando no decorrer do tempo, o direito à educação também foi ganhando espaço, desde a concepções assistencialista à pedagógicas. Diante dos apontamentos iniciais, o avanço no atendimento educacional à criança foi grande, contudo, escancara as desigualdades sociais a que as crianças eram submetidas nas políticas educacionais brasileira.

O percurso da educação entrelaça todo o processo histórico e social em prol da significação da criança e da infância, considerando que a educação perpassa por momentos nos quais era realizada de forma diferenciada conforme a classe social que a criança pertencia.

A educação assistencialista criada inicialmente para ajudar as famílias regidas por mulheres que precisavam sair de seus lares para trabalhar, (KUHLMANN, 1999, p.16) “[...] constitui as principais vertentes que têm contribuído com inúmeros estudos para a história da infância, a partir de várias abordagens, enfoques e métodos.”

Historicamente a educação infantil no Brasil perpassa por momentos em que a mesma é negada e em alguns casos até mesmo negligenciada, uma vez que a necessidade por tal educação deu-se por conta da presença de mulheres no mercado de trabalho e do grande índice de mortalidade infantil.

Durante o período colonial como forma da estratégia de dominação dos povos indígenas, a catequese era algo integrado na intervenção familiar, além de que, muitas crianças indígenas foram separadas de seus familiares para serem exploradas através da mão de obra infantil. Já no período imperial a criança era concebida como um adulto em miniatura, neste período já se tinha escolas particulares, que somente atendiam a alta sociedade de forma bastante rígida.

No período da escravidão o preconceito racial dominava toda a sociedade, e as crianças negras eram exploradas e separadas de suas famílias para serem acompanhantes de crianças brancas, com isso a taxa de mortalidade infantil neste período teve um grande aumento.

A criação de creches e pré-escolas inicialmente objetivava atender crianças advindas de famílias com baixa renda, com isso, criando uma educação assistencialista, já que buscava sanar alguns problemas sociais através dela, como por exemplo a pobreza. Como afirma o RCNEI “A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade.” (BRASIL, vol. I, 1998, p. 17)

Considerando que a educação nesse período possuía uma visão estigmatizada em relação a população de baixa renda, que era seu público alvo, mudanças no cunho educacional fizeram-se necessárias para atender a criança em todos os aspectos necessários para o seu pleno desenvolvimento. De acordo com o RCNEI (1998),

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. (BRASIL, vol. I, 1998, p. 17)

Por muitos anos a educação infantil manteve-se fora das legislações, ou seja, não era vista como direito das crianças nessa faixa etária. Somente a partir da Constituição de 1988 é que esse direito foi garantido de forma legal, onde consolidou-se em seu Inciso IV “atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

Contudo, a oferta da educação infantil consolida-se na legislação e nas políticas públicas no Brasil através da Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN), Lei nº 9.394/96 ao proclamar a educação como direito de todos, sendo assim responsabilidade do Estado promover uma educação igualitária para todos, colocando a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica.

Atualmente, a educação infantil é garantida legalmente e amparadas por leis e documentos que garantem e norteiam sua prática, currículo e dentre outros quesitos educacionais imprescindível para o seu excelente desenvolver educacional e social.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional (BRASIL, 1996), no que se refere a educação infantil relata em seu art.29 delibera a educação infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolver integral das crianças com até cinco anos de idade, garantindo assim o seu desenvolver nos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, de modo a complementar as ações familiar e social.

O desenvolvimento integral destas crianças dar-se através de atividades que considerem a individualidade de cada criança, em suas modalidades afetivas, cognitivas, sociais e emocionais, fundamentadas nas práticas de educar, cuidar e brincar. Desta forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) dizem que a educação infantil é,

Primeira etapa de educação básica, oferecida em creches e pré-escola, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p. 12)

O desenvolvimento integral da criança na educação infantil consiste em garantir o desenvolvimento das mesmas em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural. Tal desenvolvimento é direcionada a esta fase de ensino, pois é nessa faixa etária que constrói sua identidade e subjetividade, sendo assim, a humanização e a troca de experiências dessas crianças são primordiais para a realização desse processo.

De acordo com Mendonça (2012, p.42) “Esse processo requer e implica em um projeto de educação infantil fundamentado em um conceito de educação para a vida, pois ele dará os recursos cognitivos iniciais para o pleno desenvolvimento da vida da criança.”

Para garantir o desenvolvimento integral da criança, deve-se considerar três aspectos primordiais: educar, cuidar e brincar, indissociáveis na educação infantil. Tais aspectos são fundamentais para a construção e desenvolvimento das capacidades e potencialidades da criança, no entanto, se faz necessário que,

[...] as atividades sejam devidamente planejadas, internacionalizadas, contextualizadas e significativas a fim de possibilitar que a criança tenha prazer em executá-las, deve ser entrelaçado práticas entre o Cuidar, Educar e Brincar constantemente a fim de que a criança possa fortalecer vínculos afetivos, sentir acolhida nos momentos do cuidado, mas que ao mesmo tempo possa ser instigada a adquirir novas aprendizagens, ou ainda que o momento de aprendizagem possa ocorrer de modo espontâneo e prazeroso sendo direcionadas por meio de brincadeiras, vivenciando experiências significativas e condizentes com sua faixa etária. (FRANÇA, 2018, S/P)

Com isso, cabe reafirmar que cuidar, educar e brincar na educação infantil não se faz em um trabalho meramente sem finalidades, pelo contrário, requer planejamento e significado para cada atividade realizada, de modo que a criança obtenha aprendizados que garantam seu desenvolvimento integral de forma satisfatória.

Contudo, se faz indispensável desenvolver propostas pedagógicas que permitam o desenvolvimento integral das crianças, e que possibilitem a construção e reconstrução de conceitos através da visão da criança.

Como afirma o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. passam ser de grande valia ara desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças. (BRASIL, 1998, p. 22)

A palavra educar origina-se do latim *educare*, a qual dá direcionamento a orientações que ajudem ou desenvolvam o conhecimento intelectual, cognitivo, moral e social. Como afirma Leal (2010)

O educar tem um papel fundamental na Educação Infantil, pois na maioria das vezes vemos as crianças como seres indefesos e inocentes e, até mesmo incapazes, mas isso são formas errôneas de se ver as crianças. Ao contrário do que pensamos, elas são surpreendentes e capazes de ações e atitudes inesperadas pelo adulto; é por meio das capacidades de pensar, agir, sentir das crianças que o educar deve ser fortalecido cada vez mais desde a creche. (LEAL, 2010, p. 3).

O educar refere-se as práticas orientadas que irão conduzir as crianças ao seu pleno desenvolvimento, potencializando a capacidade de pensar e agir de cada uma, criando um

ambiente que estimule a curiosidade das crianças e o aprendizado entre elas. Como dito no RCNEI (1998),

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, vol. I, 1998, p. 23)

Etimologicamente a palavra cuidado deriva do latim *cura*, no qual era contextualizada nas relações de amizade e amor, com isso, o cuidado na educação infantil remete entender as crianças como parte integrante do processo educacional, ajudando-as a otimizar suas capacidades. Assim como relata o RCNEI (1998)

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. (BRASIL, vol. I, 1998, p. 24).

Na escola de Educação Infantil é impossível trabalhar separadamente as propostas de educar e o cuidar, pois ambas são indissociáveis, uma vez que juntas auxiliam no aprendizado das crianças. Sendo assim, o professor precisa obter atividades amplas que viabilizem o aprendizado individual e coletivo. Como afirma Barbosa (2009)

As crianças, nas suas diferenças e diversidades, são completas, pois têm um corpo capaz de sentir, pensar, emocionar-se, imaginar, transformar, inventar, criar, dialogar: um corpo produtor de história e cultura. Porém, para tornar-se sujeitos precisam se relacionar com outras crianças e adultos. [...]. (BARBOSA, 2009, p. 23-24)

A palavra brincar vem do latim *vinculum*, que significa laço, algema, e que se refere a uma ação, com isso, o ato de brincar dispõe de inúmeras possibilidades de a criança aprender e socializar, auxiliando do desenvolvimento integral das mesmas. “A brincadeira é fundamental, reconhecida constitucionalmente como um direito das crianças, por ser uma forma peculiar de expressão, pensamento, interação e comunicação entre elas.” (QUEIROZ; MACIEL e BRANCO, 2006).

É na brincadeira que as crianças expressão seus sentimentos, exploram a imaginação, socializam suas ideias e conhecimentos, é através delas que aprendem melhor, desde que essa brincadeira seja planejada e estruturada. O RCNEI (1998) sugere que,



Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada um particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e de recursos afetivos e emocionais que dispõem. (BRASIL, vol. I, 1998, p. 29)

Desta forma, o brincar permite que a criança desenvolva habilidades, autonomia e criatividade, isso se dá através da interação com o outro, aprendendo a comunicar-se, a conviver e a respeitar. Ao brincar a criança se desenvolve social e culturalmente, além da construção de novos conhecimentos.

O educar, cuidar e brincar na educação infantil sugere um trabalho pedagógico orientado e planejado, para que seja efetivamente realizado em prol do desenvolvimento integral da criança que faz parte desse processo. Assim sendo, se faz indispensável pensar o brincar como recurso pedagógico, que aliado ao cuidar e educar trará um resultado coerente e efetivo para o pleno desenvolvimento.

Na educação infantil, o trabalho pedagógico, articula-se através das áreas de linguagem oral e escrita, matemática, natureza, e sociedade, música, artes visuais e movimento, no qual essas áreas são indicadas pelo RCNEI, documento este que traz indicações de como se trabalhar cada área na educação infantil e seus respectivos objetivos.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovado em 2017 pelo CNE, é um documento normativo no qual define quais direitos de aprendizagens e desenvolvimento devem ser utilizadas na educação infantil, no entanto, diferentemente do RCNEI que é um documento de orientação e seu uso é optativo, a BNCC é um documento de uso obrigatório para as instituições de ensino.

A tabela a seguir apresenta a concepção da criança, o objetivo e a organização do RCNEI e da BNCC, de modo que seja possível comparar e diferencia-las.

**Quadro 01:** Comparação entre o RCNEI e a BNCC

	CONCEPÇÃO DA CRIANÇA	OBJETIVO	ORGANIZAÇÃO
RCNEI	O foco está no desenvolvimento integral da criança, mas ela ainda é vista como alguém que responde aos estímulos dados pelos adultos (no	Esclarecer o que deve ser ensinado nessa etapa da Educação Básica.	Em eixos, que devem ser considerados de forma integrada: movimento, identidade e autonomia, conhecimento de mundo, artes visuais, música, linguagem

	caso da escola, os professores).		oral e escrita, natureza/ sociedade e matemática.
BNCC	Reforça a visão da criança como protagonista em todos os contextos de que faz parte: ela não apenas interage, mas cria e modifica a cultura e a sociedade.	A partir de um significativo avanço no entendimento de como a criança aprende, oferece referências para a construção de um currículo, baseadas em direitos de desenvolvimento e aprendizagem bem definidos.	As diversas áreas de conhecimento e as diferentes linguagens são integradas por meio dos Campos de Experiência. Parte-se do pressuposto de que a criança aprende por meio das experiências vividas no contexto escolar.

Fonte: TREVISAN, Rita. Revista Nova Escola, SA.

Considerando o quadro acima, percebe-se uma forma diferenciada de conceber a criança, onde o RCNEI define que ela apenas responde aos estímulos dados pelos professores, já a BNCC diz que a cultura e a sociedade podem ser criadas e modificadas através das crianças. Em seus objetivos o RCNEI busca apenas esclarecer o que deve ser ensinado nessa etapa de ensino, em contrapartida, a BNCC objetiva-se na construção do currículo através dos direitos de aprendizagens definidos por ele. O RCNEI apresenta em sua organização as áreas de conhecimentos, e a BNCC considera os Campos de Experiências, através das experiências das mesmas.

Os Campos de Experiências indicados pela BNCC retrata, “[...] um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas de vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte de patrimônio cultural.” (BRASIL, 2016, p.36)

Tais Campos de Experiências são compostos através dos eixos estruturais conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se, no qual denominados pela BNCC de direitos de aprendizagens e desenvolvimento na educação infantil, e são eles que direcionam os cinco campos de experiências, sendo eles: **O eu, o outro e o nós; Corpo, gesto e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; Espaço, tempos, quantidades, relações e transformações.**

No campo O eu, o outro e o nós, considera as interações que as crianças precisam ter com outras crianças e com o adulto, uma vez que tais interações irão proporcionar para elas a construção de sua “[...] autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de

interdependência com o meio.” (BRASIL, 2017, p.36). Nessa fase de ensino se faz necessário oportunizar o autoconhecimento, e também, o conhecimento e respeito ao outro dentro de suas diferenças.

Ao trabalhar o Corpo, gestos e movimentos, a criança potencializa o reconhecimento das “[...] sensações, funções corporais e, nos seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física.” (BRASIL, 2017, p.37). Assim sendo, na escola de educação infantil se faz crucial efetivar práticas nas quais sejam prazerosas e que promovam através do lúdico um extensivo acervo de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas corporais.

Na aplicação do campo de experiência de Traços, sons, cores e formas trás conhecimentos sobre “[...] diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças [...], vivenciar diversas formas de expressões e linguagens, como as artes visuais [...], a música, o teatro, a dança [...].” (BRASIL, 2017, p.37). Em virtude disso, procura-se trabalhar com a criança em prol de favorecer manifestações artísticas, criatividade, ampliar experiências, etc.

Ao trabalhar a Oralidade e escrita na educação infantil proporciona às crianças apropriar-se da linguagem oral, conforme a fala e a escuta, desta forma expandindo suas expressões e compreensões de vocabulário. De acordo com a BNCC,

Desde cedo a criança manifesta desejo de se apropriar da leitura e da escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, gêneros, suportes e portadores. (BRASIL, 2017, p.38)

Assim sendo, a criança ao deparar-se com um ambiente no qual estimule a leitura, escrita e imaginação, aguça seu conhecimento de mundo, e é esse o ambiente que a educação infantil deve proporcionar para as crianças.

No campo de experiência chamado Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, considera que as crianças por si só já possuem suas curiosidades acerca do espaço e tempo em que vivem, desta forma, devem encontrar na educação infantil um ambiente e atividades que possam “[...] promover interações e brincadeiras nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informações para buscar respostas às suas curiosidades e indagações.” (BRASIL, 2016, p.38)

Assim sendo, a escola estará proporcionando que o aluno possa expandir suas percepções acerca do mundo a sua volta, seja ele físico ou sociocultural permitindo-os o uso desses novos saberes em seu dia a dia.

A Educação Básica é o ponto de partida para as interações sociais e educacionais para a criança, no qual toda e qualquer atividade realizada no âmbito escolar possui um objetivo de aprendizagem para as crianças, sejam elas nas atividades impressas, na interação com o professor e os colegas ou nas brincadeiras. Desta forma, a Base Nacional Comum Curricular (2017) reafirma que

[...] de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os **eixos estruturantes das práticas pedagógicas** dessa etapa da Educação Básica são as **interações** e as **brincadeiras**, experiências por meio das quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BRASIL, 2017, p.33)

Considerando que a observação é algo que se faz fundamental durante o processo avaliativo das crianças nessa fase de ensino, é através dela que o professor consegue “[...] identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.” (BRASIL, 2017, p.33)

Desta forma, a educação infantil é um espaço no qual objetiva promover o pleno desenvolvimento da criança, e a utilização da observação se torna uma ferramenta de grande valia para que se tenha resultados satisfatórios.

A educação infantil é uma etapa de fundamental importância para a vida da criança, além de ser o primeiro contato que se tem com o âmbito educacional fora do seio familiar, é neste período de ensino que se garante o desenvolvimento integral da criança.

Com essa garantia, a Educação Infantil é como um marco na vida de qualquer pessoa, pois quando esse desenvolvimento não é realizado de forma integral a criança sofrerá grandes impactos na sua vida escolar e social. Como relata o parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2009) em sua fala com relação a finalidade das instituições nessa fase de ensino,

A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I), como responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada. (BRASIL, 2009, p.85)

Portanto, a educação infantil de acordo com os parâmetros legais deve ser realizada em virtude de formar cidadãos ativos socialmente e que exerça de forma íntegra sua cidadania, cumprindo seus deveres e desfrutando de seus direitos.

### **1.2.1 Educação infantil em tempos de pandemia**

No final do ano de 2019 o mundo viu um vírus desconhecido mudar completamente os hábitos e a forma de viver de todos, em fevereiro de 2020 foi registrado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, desde então, não somente o Brasil, mas o mundo inteiro travou uma batalha contra esse vírus que assolou a saúde, a economia e educação. Diante da fugacidade de contaminação do vírus decretou-se no mundo inteiro o isolamento social, na tentativa de frear a disseminação do vírus em massa.

Com o isolamento social a educação viveu um momento de muitos debates referentes ao que poderia ser feito para que as aulas continuassem, mesmo que de forma remota, o uso das tecnologias era a única saída para que as aulas não parassem completamente, e com isso, os debates só aumentavam e as grandes indagações eram: será que os professores estão preparados para trabalhar com as tecnologias? As crianças tem acesso à internet com qualidade suficiente para participarem das aulas? Como garantir que os seguimentos *cuidar, educar e brincar* da educação infantil, serão cumpridos?

Muitos países adotaram diversas medidas diferenciadas para dá continuidade as aulas sem romper o isolamento social, no entanto, vale frisar que esses país possuem um nível de desenvolvimento político, social, educacional e tecnológico muito mais avançado do que no Brasil, como por exemplo a China, “[...] que possui uma estrutura robusta de acesso à internet e às tecnologias nos mais diferentes dispositivos, tanto escolas públicas, quanto privadas, adotaram o sistema de atividade online.” (VIEIRA; RICCI, 2020, p.1)

No Brasil a falta de um posicionamento e de medidas para enfrentar esse momento tão delicado, por parte da esfera Federal, fez com que os Estados tivessem que se posicionar criando estratégias para tentar dá continuidade as aulas, com segurança e abrangendo todos os alunos. No entanto, segundo Vieira e Ricci,

A pandemia evidenciou e lançou holofotes sobre as desigualdades, demonstrando o quanto ainda á por se fazer até que alcancemos um patamar de equidade no atendimento a educação – no caso específico do Brasil, fazendo valer o que rege a Carta Magna do País, que garante o acesso igualitário à educação como direito social. (VIEIRA; RICCI, 2020, p.2-3)

Além da falta de acesso à internet, outro ponto que destacou-se foi que durante esse período o acompanhamento e assistência dos pais para a realização das aulas, a assimilação dos conteúdos e realização das atividades, se tornou ainda mais crucial para o processo de ensino-aprendizagem, no entanto, sabe-se que alguns pais não possuem formação escolar suficiente para orientá-los, e outros, tiveram que dobrar suas jornadas de trabalho, mesmo estando em isolamento social.

Como relata Barreto, Amorim e Cunha (2020)

A maioria teve que reinventar seu cotidiano, buscar alternativas com adaptações rápidas, enfrentar a rotina diferenciada na maneira de ensinar e exercitar a resiliência para conseguir vencer suas atividades diárias. Em relação as atribuições do professor, as atividades remotas aumentaram consideravelmente a demanda do trabalho docente. (BARRETO; AMORIM; CUNHA, 2020, p.798)

Desta forma, pais e responsáveis das crianças viram-se inseridos de forma mais afincada na vida escolar das crianças, assim, vivenciando um pouco o dia-a-dia dos professores e refletindo sobre a prática educativa dos mesmos e suas dificuldades. Como afirma Barreto, Amorim e Cunha (2020, p.800) “[...] surgiram muitas reflexões, o quão complexo é educar, a importância do espaço escolar, dos professores e demais profissionais da educação.”

Em contrapartida, os professores também estão passando por um momento de muitos aprendizados e reflexões sobre seus conceitos, práticas, objetivos, etc. tendo que adaptar-se ao trabalho com o uso específico da tecnologia, que para muitos era um ‘mundo’ desconhecido nas suas práticas educativas, além de também ter um aumento significativo em sua jornada de trabalho. Como concebe Barreto, Amorim e Cunha (*apud* SANTOS et al, 2020) que:

[...] Elaboração de atividades e de conteúdos entregues nas escolas para a distribuição aos alunos sem acesso à internet; 2. Visualização de tutoriais para aprender a trabalhar com mídias digitais; 3. Elaboração de atividades e de conteúdos na plataforma online (Google Classroom); 4. Gravação de aulas disponibilizadas no Youtube ou aplicativos de conversas (WhatsApp); 5. Correção das atividades; 6. Elaboração, aplicação e correção de provas; e 7. Acompanhamento e lançamento da frequência no diário escolar no diário escolar; entre tantas outras. (2020, p. 798)

Já as crianças durante esse processo de aprendizagem remota vivenciam uma experiência completamente diferente do que estavam habituadas, a rotina é diferente, não possui mais o contato direto com o professor e nem com as outras crianças, a forma de ensino-aprendizagem, já não se tem mais as brincadeiras orientadas, as datas comemorativas já não são mais realizadas da mesma forma, entre outros.

Considerando todas essas mudanças, é preciso buscar orientações de práticas que possam ajudar a amenizar os impactos educacionais que a pandemia ocasionou, uma das mais básicas é o acolhimento por parte dos pais, uma vez que são eles quem estão tendo contato direto com as crianças. Acolher e buscar entender a criança é fundamental para criar um laço maior e assim ganhar a confiança da criança, ouvir o que a criança sente e pensa é crucial para que ela se sinta parte desse processo.

Ter uma rotina em casa também é algo irrefutável para que a criança possa saber e entender quais são seus deveres, obrigações e o que ela precisa fazer em cada momento do seu dia, além de ajudar bastante na concentração durante as aulas online. É preciso que se tenha também o momento de lazer, onde a criança poderá brincar de forma livre e orientada.

Para que se possa atender os requisitos básicos da educação infantil no ato de cuidar, educar e brincar, os pais como principais mediadores das práticas educativas entre o professor e o aluno precisa receber orientações do professor de como realizar essas atividades. Sendo assim, se faz essencial que não somente os professores, mas os pais também estejam abertos a buscar aprender ainda mais nesse momento tão delicado que a pandemia nos coloca.

Partindo do ponto de que a Educação Infantil deve garantir o desenvolvimento integral das crianças, e considerando o momento de pandemia em que vivemos, como será possível garantir um ensino que assegure o desenvolvimento integral e o cumprimento dos eixos estruturantes das práticas pedagógicas? E como está sendo realizada a avaliação?

Com a pandemia, o Ministério da Educação juntamente com o Conselho Nacional de Educação, em 10 de Dezembro de 2020, estabeleceram uma resolução com o intuito de “[...] definição de Diretrizes Nacionais orientadoras dos sistemas de ensino [...]” (BRASIL, 2020, p.1).

No art. 14 no qual engloba as atividades pedagógicas não presenciais, a resolução define tais práticas como sendo “[...] o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológicas ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional.” (BRASIL, 2020, p.5-6). Através desse conceito, as atividades educacionais nesse período pandêmico estão asseguradas para que assim possam alcançar todos de forma segura e igualitária a todas as crianças da educação infantil.

Para a educação infantil, a resolução em seu art. 16 deixa a cargo das “[...] instituições escolares [...] elaborar orientações/ sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades que possam ser realizadas com as crianças em seus lares, durante o período de isolamento social.”

(BRASIL, 2020, p.7). Portanto, a escolar de acordo com a resolução irá trabalhar como fonte orientadora para a realização das atividades pelos pais e responsáveis das crianças, já que serão eles quem estarão realizando as mesmas.

Em seu parágrafo 1º diz, “Para fins de cumprimento do *caput*, as unidades escolares, públicas e particulares, ficam dispensadas do controle de frequência na educação pré-escolar [...]” (BRASIL, 2020, p.7). Diante disso, a escola não pode considerar como insatisfatório aquele aluno no qual não participa das aulas durante o período em que as atividades pedagógicas estejam sendo realizadas de forma não presencial.

Ainda no art. 16 parágrafo 3º diz que:

Para crianças da Pré-Escola (4 e 5 anos), as atividades não presenciais devem indicar atividades de estímulo, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e até algumas atividades em meios digitais quando for possível, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem que fortaleçam o vínculo e potencializem dimensões do desenvolvimento infantil que possam trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade. (BRASIL, 2020, p.7)

O documento estabelece tipos de atividades a serem apresentadas para as crianças, transformando o dia a dia do âmbito familiar, objetivando a otimização dos aspectos cognitivos, afetivos e sociais, e assim garantir o pleno desenvolvimento dos alunos da educação infantil.

No art. 17 parágrafo 3º assegura que, “Orientações da instituição escolar devem ser dadas diretamente às famílias, a partir de intensa interação entre o *cuidar* e o *educa*, viabilizada por articulação sistemática entre os profissionais da escola e a família [...], preservando o vínculo entre eles”. (BRASIL, 2020, p.7).

Diante disto, considera os aspectos vigentes da educação infantil no cuidar e educar, além de estreitar os laços entre a escola e a família, no qual será imprescindível para a realização das atividades pedagógicas não presenciais.

Tal resolução traça metas e focos educacionais e avaliativos perante o período de isolamento social, deixando para os estados e municípios a decisão de retorno presencial de acordo com a gravidade da pandemia em cada local, no entanto, não menciona e nem direciona objetivos, metas e avaliações de aprendizagens específicas para a Educação Infantil, como fez com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e Superior em seu art. 27 que em seu dizer,

As avaliações do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do Ensino Superior devem ter foco prioritário nos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento de competências essenciais que devem ser efetivamente cumpridos no replanejamento curricular das escolas, respeitada a autonomia dos sistemas de ensino, das instituições e redes escolares, e das instituições de ensino superior. (BRASIL, 2020, p.12)



O não direcionamento de objetivos, metas e avaliações de seu por conta da suspensão das frequências durante as aulas não presenciais, pois avaliar sem considerar a frequência, (que neste caso seria a participação dos alunos nas aulas não presenciais), torna-se improvável diante dessa forma de realização das atividades educacionais.

### 1.3 AVALIAÇÃO NO PROCESSO EDUCATIVO

A avaliação é um processo no qual vai além de atribuir uma nota ou um conceito ao aluno, pois esta, também averigua a qualidade do processo ensino-aprendizagem. No entanto, para que a avaliação tenha sentido é preciso que haja planejamento e que ocorra de forma contínua, sendo assim, o professor poderá verificar o grau de aprendizagem de cada aluno, e assim reformular seus objetivos, já que a avaliação segundo Tayler (*apud* HAYDT, 2008, p. 12) “[...] se processa em função dos objetivos previstos.”

Por ser um processo no qual exige planejamento, a avaliação está intimamente ligada ao Projeto Político Pedagógico, no qual determina os valores da escola, a visão que os membros dela possui sobre o mundo, o compromisso com a comunidade, ou seja, é a identidade da escola, portanto para a sua edificação. De acordo com Saul (*apud* CIPRIANO, 2007, p.46) “[...] faz-se necessário a dialogicidade, levando em conta as dimensões afetivas, cognitivas, sociais, éticas, assim como os pressupostos, objetivos, metas, conteúdos e avaliação para um aprender situado, significativo e emancipatório, [...]”.

No entanto, a avaliação educacional escolar é muito utilizada pelos professores como forma de punir o aluno, utilizando o autoritarismo, isso significa que o verdadeiro sentido da avaliação educacional escolar está sendo deixada de lado, pois é utilizada de forma inconsciente, a qual não aplica nenhum modelo teórico de sociedade e educação para a sua prática, o que prejudica tanto o desempenho do avaliado quanto do avaliador, pois para que esta ocorra de forma harmoniosa é preciso encaixá-la em uma nova estrutura pedagógica, na qual vise a melhoria da educação, do ser educando e social. Como afirma Cipriano Carlos Luckesi;

Estando a atual prática da avaliação educacional escolar a serviço de um entendimento teórico conservador da sociedade e da educação, para propor o rompimento dos seus limites, que é o que procuramos fazer, temos de necessariamente situá-la num outro contexto pedagógico, ou seja, temos de, opostamente, colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social. (2003, p.28)

Além disso, o uso da avaliação educacional como forma de classificar os alunos sem permitir que haja mudanças nessa classificação, acarreta um grave problema no qual vai desde

o baixo nível de progressão da aprendizagem do discente até a exclusão do mesmo, mostrando assim um alto nível de competitividade e individualismo, mas, a avaliação na educação mostra-se pelo menos nas normas educacionais que a educação de ser interativa e inclusiva em todos os seus fazeres, onde muitos acreditam que o diálogo entre todos os envolvidos no processo educacional é fundamental para a relação das pessoas envolvidas nesse processo. Como afirma, Hoffmann (2008, p.17) “À medida que os estudos apontam para o caráter interativo e intersubjetivo da avaliação, alertam também para a essencialidade do diálogo entre todos os que fazem parte desse processo, para a importância das relações interpessoais e dos projetos coletivos.”

No entanto, a avaliação bem sucedida é aquela que utiliza a classificação moderada onde permite que o aluno tenha uma progressão no grau de aprendizagem, diagnóstica a qual aponta quais são os possíveis problemas a serem enfrentados e a formativa que mostra de que forma a aprendizagem está acontecendo. Ocorrendo desta forma, a avaliação pode suprir as necessidades educacionais, e alcançar os objetivos da escola, do professor e da sociedade.

O processo de verificação do nível de aprendizagem do discente, possui três modalidades de avaliação que estão vinculadas com as três funções (diagnosticar, controlar e classificar), estas modalidades são de grande importância no processo ensino-aprendizagem, já que a primeira chamada avaliação diagnóstica, é usada para verificar quais são os conhecimentos prévios que o aluno já possui, e suas possíveis dificuldades, ela deve ocorrer no início do ano letivo e no início de cada unidade de ensino. Como afirma Ceris Ribas da Silva e Maria Lúcia Castanheira,

[...] a realização da avaliação diagnóstica durante as primeiras semanas do ano letivo é extremamente importante para o professor [...]. Através dela, ele poderá conhecer os seus alunos e, a partir desse conhecimento, definir a organização do seu trabalho, considerando quais são as capacidades que devem ser introduzidas e trabalhadas de forma sistemática, para que ao final, de um ano letivo, estejam todas consolidadas. (2005, p. 20)

Já a avaliação formativa vem ocorrer durante todo o período letivo, para assim certificar o grau de aprendizagem do aluno, se os mesmos estão alcançando os objetivos já determinados pelo docente, sendo assim, este tipo de avaliação possui a função de controlar a aprendizagem do discente. Segundo Haydt (2008, p.18) “[...] pode ser utilizada como um recurso de ensino e como fonte de motivação, tendo efeitos altamente positivos e evitando as tensões que usualmente a avaliação causa”.

Essa avaliação formativa possibilita também que o professor ao verificar como está ocorrendo a aprendizagem em sua turma, e ao identificar um grupo ou até mesmo um aluno que

esteja com dificuldades na aprendizagem do conteúdo que está sendo trabalhado, possa elaborar uma aula voltada somente para a revisão do assunto, utilizando de outras metodologias, desta forma, o docente pode fazer outra avaliação com aqueles que estavam apresentando dificuldades na assimilação do conteúdo, para que assim estes possam compreender melhor a unidade que foi trabalhada.

Desta forma, ao fim do ano letivo ou até mesmo de uma unidade como sempre é esperado, há uma classificação ou uma enumeração ao nível de aprendizagem e aproveitamento de cada aluno, na qual esse tipo de avaliação é denominado de avaliação somativa. De acordo com Regina Célia Haydt,

A avaliação somativa supõe uma comparação, pois é classificado segundo o nível de aproveitamento e rendimento alcançado, geralmente em comparação com os demais colegas, isto é, com o grupo classe. [...]. Atualmente, com a expansão quantitativa da educação, a avaliação, que reflete as mudanças ocorridas na escola, está perdendo seu caráter seletivo e competitivo, para se tornar orientadora e cooperativa. (2008, p.25-26)

Para exercer uma avaliação o professor precisa conhecer e utilizar técnicas e instrumentos de avaliação, no qual a classificação desses instrumentos irá depender da forma que o docente irá coletar os dados. Com a utilização das técnicas o professor irá obter as informações que ele necessita, já a aplicação dos instrumentos refere-se aos recursos a serem praticado para obter tais informações, de acordo com Haydt (2008, p. 59) “Todas as técnicas e instrumentos de avaliação apresentam vantagens e desvantagens. O importante é escolher a forma mais adequada para cada situação.”

A avaliação não pode ser tida como algo pronto e acabado, e com o passar do tempo ela precisa ser modificada de acordo com as necessidades que com o tempo irá se apresentar, mas não é mudar de qualquer forma, requer que o docente siga uma tendência e além disso, conheça todas as concepções que irão dar sentido a sua prática. Conforme Jussara Hoffmann, “Mudanças da avaliação, nas escolas, precisam levar em conta tais tendências. Os professores, ao inovar suas práticas, devem estar conscientes das concepções que regem suas ações.” (2008, p.16)

Portanto, a avaliação requer que o professor esteja sempre buscando mudanças em suas formas de avaliar, em sua metodologia, em seus objetivos, repensando seu trabalho e fazendo que o aluno repense suas atitudes e aprendizagens. Porém, sempre utilizando de teorias que fundamentem suas práticas.

### 1.3.1 Avaliação na Educação Infantil

Avaliar nada mais é do que considerar ou agregar valores, critérios, importância a algo ou alguém, e com isso, avaliar se faz necessário dentro das instituições de ensino e é através dela que é possível averiguar o desempenho dos discentes, além de ser parte indispensável o currículo escolar. De acordo com Zabalza e Kramer (*apud*, PONTES; PESSOA, 2014, p. 24): “A avaliação é importante em qualquer etapa educativa, pois se trata de um componente particularmente sensível de qualquer proposta curricular e exige uma competência especial dos profissionais da educação.”

Atualmente a Educação Infantil atende crianças com até cinco anos de idade, com o intuito de realizar o desenvolvimento integral das crianças, sendo assim, a escola vem apensar toda a experiência e conhecimento já adquirido pela criança através da família e sociedade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:  
I-avaliação mediante acompanhamento e registros do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;  
II-carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;  
III-atendimento à criança, no mínimo 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;  
IV-controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;  
V-expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizado da criança. (BRASIL, Art.31)

Nessa etapa de ensino a avaliação segundo consta na LDBN 2019, não deve objetivar a promoção e sim, acompanhar o desenvolvimento das crianças. No entanto, o que muito se vê, é que não somente para os professores, mas também para os pais e comunidade escolar, o ato avaliativo nada mais é do que uma nota ou progressão de uma série para outra. Como afirma Godoi (2010, p. 12) “[...] a avaliação escolar, sua aprovação ou não, passam a ser fatores essenciais e a motivação de seus estudos e de sua vivência escolar.”

Com esse pensamento pertinente de que avaliar nada mais é do que agregar conceitos e notas para uma progressão ou não, a criança passa a ser selecionada conforme o seu desempenho, e muitas das vezes isso ocasiona danos irreversíveis para o a vida escolar da criança. Desta forma, Godoi (2010, p.20) acredita que “[...] a educação infantil está sofrendo muita influência das práticas de avaliação que ocorrem no ensino fundamental e, nesse sentido, pode acabar antecipando os mecanismos de seleção e exclusão presentes nesse nível escolar, tão prejudiciais às crianças”.

O professor como ponte mediadora de todo o processo de aprendizagem e de avaliação, tem um papel muito significativo nesse processo, já que é o mesmo quem define de que forma irá ocorrer o processo avaliativo durante o ano letivo, por isso se faz necessário que os professores revejam suas práticas educativas e em alguns casos redefinam seus objetivos de acordo com as necessidades de seus alunos, como afirma Godoi (*apud*, HOFFMANN, 1996, p.48) “[...] a avaliação em educação infantil precisa resgatar urgentemente o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento e de reflexão permanente sobre as crianças em seu cotidiano, como elo na continuidade da ação pedagógica”.

Nessa etapa de ensino, a forma avaliativa apresentada aos alunos pelos professores precisa ser pensada, planejada e aplicada adequadamente, considerando a individualidade de cada aluno, para que a mesma não ocorra de forma classificatória e/ou punitiva, com o intuito de que “[...] as atividades façam a criança a pensar, refletir, buscar informações, trabalhar individualmente e em grupos, estabelecer relações com o meio em que vive e com as experiências de aprendizagem.” (PONTES; PESSOA, 2014, p. 24)

Em virtude disso, o ato avaliativo não pode possuir um padrão, considerando que cada criança é um ser único, com competências, evoluções e dificuldades diferentes, as avaliações devem ser realizadas de maneira a garantir, de acordo a resolução do DCNEI nº5, de 17 de dezembro de 2009:

- ✓ A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- ✓ Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatório, fotografias, desenhos, álbuns, etc.);
- ✓ A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- ✓ Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- ✓ A não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2009, p. 29)

Desta forma é possível afirmar que conforme Pontes e Pessoa (2014) avaliar na educação básica se faz em prol de uma observação reflexiva, permitindo que o professor reflita sobre suas práticas e sobre a forma de aprendizagem de seus alunos, dentro de um processo contínuo e dinâmico exaltando sempre a troca entre professor e aluno.

### 1.3.2 O que avaliar?

Avaliar é um ato essencial e indispensável para a educação, e na Educação Infantil, avaliar é algo que vai além das enumerações e/ou conceitos aplicados as crianças de acordo com seus comportamentos, produções e desenvolvimentos. E saber o que avaliar nessa etapa é um grande desafio, tendo em vista, que historicamente a avaliação possui cunho classificatório. Como afirma, Gemio (2007),

O ato avaliativo implica um julgamento de valor em relação ao processo educacional. A avaliação está presente em todo o desenvolvimento desse processo, sendo assim, o desafio da Educação Infantil é substituir a função classificatória e sentenciosa da avaliação, por um processo de investigação e acompanhamento da aprendizagem mais condizente com a realidade desse segmento. (2007, p. 17)

A avaliação deve ocorrer com o intuito de transformar as práticas educativas aplicadas pelos professores em instrumentos que agreguem à vida da criança, possibilitando o seu desenvolvimento integral. E é por isso que o professor possui um papel crucial no processo avaliativo, uma vez que ele deve avaliar para “[...] delinear a continuidade da ação pedagógica, respeitando a criança em seu desenvolvimento, em sua espontaneidade na descoberta de mundo e oferecendo-lhe um ambiente de afeto e segurança para suas tentativas”. (HOFFMANN, 1996, p. 39)

De acordo com a resolução do DCNEI nº5, (2009) “As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, [...]” (BRASIL, 2009, p. 29). Com isso, pode-se afirmar que a avaliação neste segmento educacional, deve ser realizada como um mecanismo de investigação sobre o desenvolvimento dos alunos, e que o professor deve avaliar a criança de forma integral.

Como dito anteriormente, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil é um documento de grande valia para a prática educativa nesta fase de ensino, uma vez que o mesmo obtém caráter instrumental e didático, sendo assim, ele é um norte para as ações dos professores em sala de aula. Desta forma, em seu terceiro volume, destaca seis áreas de conhecimentos indispensáveis para o pleno desenvolvimento das crianças, que são elas: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Na Educação Infantil o significado de Movimento vai além da ação de descocar-se, pois é através do movimento que as crianças expressão suas emoções e pensamentos, trabalhar o movimento nessa fase de ensino é algo substancial que proporciona a criança seu

desenvolvimento motor e de suas expressões corporais. O RCNEI reafirma a importância de trabalhar o movimento, “[...] constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo.” (BRASIL, 1998, p.15)

Nesta área de conhecimento a avaliação deve ocorrer de forma contínua, observando sempre a criança em seus aspectos individuais e grupais, permitindo que o professor possa reestruturar seus objetivos, práticas, conteúdos, entre outros. O RCNEI (1998) afirma que,

Para que se tenha condições reais de avaliar se uma criança está ou não desenvolvendo uma motricidade saudável, faz-se necessário refletir sobre o ambiente da instituição e o trabalho ali desenvolvido: ele é suficientemente desafiador? Será que as crianças não ficam muito tempo sentadas, sem oportunidades de exercitar outras posturas? As atividades oferecidas propiciam situações de interação? (BRASIL, 1998, p.40)

A Música é algo muito além de combinar harmoniosamente os sons, ela é uma linguagem na qual as pessoas podem expressar-se através dela, e é por isso que a Música faz parte do eixo educacional na Educação Infantil, uma vez que ela auxilia no atendimento de diversas finalidades como: a formação de hábitos, atitudes, comportamentos, a realização de datas comemorativas, a memorização de conteúdo, entre outros.

A avaliação da música no período pré-escolar pauta-se na observação que é realizada pelo docente, no entanto, ela pode também ser acontecer de forma auto avaliativa, permitindo que o próprio aluno acompanhe seus progressos. Quando realizada pelo discente, “O professor poderá documentar os aspectos referentes ao desenvolvimento vocal (se cantam e como); ao desenvolvimento rítmico e motor; à capacidade de imitação, de criação e de memorização musical.” (BRASIL, 1998, p.77)

Artes Visuais é uma das áreas de conhecimentos da educação infantil que durante muito tempo e para algumas propostas educacionais não era vista como algo fundamentalmente importante para essa etapa de ensino, uma vez que era entendida como um passatempo da criança. Porém, é através das Artes Visuais que as crianças potencializam sua imaginação, em suas criações expressão sentimentos, constroem seus significados, exploram seus sentidos, etc. Sendo assim, o RCNEI diz que:

[...], as Artes Visuais devem ser concebidas como uma linguagem que tem estrutura e características próprias, cuja aprendizagem, no âmbito prático e reflexivo, se dá por meio da articulação dos seguintes aspectos:

- fazer artístico – centrado na exploração, expressão e comunicação de produção de trabalhos de arte por meio de práticas artísticas, propiciando o desenvolvimento de um percurso de criação pessoal;
- apreciação – percepção do sentido que o objeto propõe, articulando-o tanto aos elementos da linguagem visual quanto aos materiais e suportes utilizados, visando

- desenvolver, por meio da observação e da fruição, a capacidade de construção de sentido, reconhecimento, análise e identificação de obras de artes e de seus produtores;
- reflexão – considerado tanto no fazer artístico como na apreciação, é um pensar sobre todos os conteúdos do objeto artístico que se manifesta em sala, compartilhando perguntas e afirmações que a criança realiza instigada pelo professor e no contato com suas próprias produções e as dos artistas. (BRASIL, 1998, p.89)

O ato avaliativo nesta área de conhecimento é algo que requer muito cuidado e uma observação minuciosa, tendo em vista que ela precisa ser realizada buscando compreender o processo de cada criança e a significação de suas produções, sem qualquer julgamento por parte do professor. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998),

Quando se aborda a questão da avaliação em Artes Visuais, sugere inevitavelmente a discussão sobre a possibilidade de realiza-la, posto que as produções em artes são sempre expressões singulares do sujeito produtor e, sendo assim, não seriam passíveis de julgamento. Em Artes Visuais a avaliação deve ser sempre processual e ter um caráter de análise e reflexão sobre as produções das crianças. (BRASIL, 1998, p.113)

A linguagem Oral e Escrita na educação infantil possui um papel crucial para que o desenvolver do sujeito, aprimorando a comunicação da criança, a capacidade de expressar-se e o ingresso a escrita. Nesta etapa de ensino, a criança aprende não somente a prática da leitura e da escrita, ela vai além, conhecendo o significado das palavras e expressões de acordo com o meio sociocultural em que esta criança está inserida. Assim, o RCNEI (1998) relata que,

- [...], a aprendizagem da linguagem escrita é concebida como:
- a compreensão de um sistema de representação e não somente como a aquisição de um código de transcrição de fala;
- um aprendizado que coloca diversas questões de ordem conceitual, e não somente perceptivo-motoras, para a criança;
- um processo de construção de conhecimento pelas crianças por meio de práticas que têm como ponto de partida e de chegada o uso da linguagem e a participação nas diversas práticas sociais de escrita. (BRASIL, 1998, p.122)

A avaliação desse eixo deve se dar de forma contextualizada possibilitando contemplar a evolução dos alunos. A observação é um dos principais instrumentos avaliativos na educação infantil, uma vez que ela permite acompanhar as evoluções e dificuldade na oralidade e na escrita da criança. Nessa etapa a alfabetização não é algo obrigatório, no entanto, deve-se considerar todos os aspectos da alfabetização.

O eixo Natureza e Sociedade, refere-se a temas que deem significados ao mundo social e natural em que a criança está inserida, ressaltando as datas comemorativas, as diversidades culturais, sociais, geográficas, históricas, e desenvolvendo percepções sobre tempo e espaço. A avaliação deve ocorrer de forma contínua, considerado as observações e os registros de atividades.



A Matemática na fase pré-escolar vem favorecer a criança a elaborar melhor suas estratégias, na construção de conhecimentos, organizar as informações adquiridas, etc. A avaliação dessa área de conhecimento segundo o RCNEI (1998) “[...] terá a função de mapear e acompanhar o pensamento da criança sobre noções matemáticas, isto é, o que elas sabem e como pensam para reorientar o planejamento da ação educativa.” (BRASIL, 1998, p.228)

Não deixando de explicitar os campos de experiências da BNCC (2017) que devem ser considerados no processo avaliativo da criança, entendendo a obrigatoriedade desses campos no trabalho educativo de instituição infantil: Eu, o outro e o Nós; Corpo, Gesto e Movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e Escrita; Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações. Esses campos estão articulados às áreas de conhecimento indicados no RCNEI, e que são os orientadores do processo avaliativo.

De uma forma geral, a avaliação na educação infantil deve ocorrer de forma contínua, sistemática, utilizando da observação das ações grupais e individuais da criança, das produções, entre outros, oferecendo-lhes um ambiente desafiador e de possibilidades para o seu pleno desenvolvimento.

### **1.3.3 Como avaliar?: os critérios e instrumentos de avaliação**

A educação infantil com o intuito de garantir o desenvolvimento integral da criança, determina o trabalho pautado e em três eixos fundamentais que são eles: o cuidar, o brincar e o educar. Considerando esses eixos, a avaliação nessa fase de ensino necessita de critérios e instrumentos que auxiliem a garantir a base da educação infantil. Desse modo, no parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) afirma,

A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. (BRASIL, 2009, p.95)

Nesta etapa a avaliação deve ocorrer considerando aspectos sociais, cognitivos, afetivos e psicológicos, para que o educador não unifique sua forma avaliativa para todos os alunos, uma vez que cada criança possui suas particularidades em todos esses aspectos citados. Como afirma Hoffmann (2000, p.84) “Perceber a criança como centro da ação avaliativa consiste em

observá-la curiosamente e refletir sobre o significado de cada momento de convivência com ela.”

Considerando a avaliação como uma maneira de pensar e repensar o ato educativo e seus objetivos, se faz necessário munir-se de instrumentos avaliativos que contribuam efetivamente para o melhor aprendizado e desenvolvimento das crianças. E é por isso que, “[...], pensar como fazê-la exige do educador muita reflexão sobre sua ação e conscientização sobre a subjetividade que há em sua prática.” (GEMIO, 2007, p.22)

São vários os instrumentos utilizados para avaliar, alguns deles mais corriqueiros na prática são: a observação, o registro, o relatório, portfólios, fichas avaliativas, entre outros. Segundo Freire (1996, p.3) “Os instrumentos da observação aora o olhar (e todos os sentidos) tanto do educador quanto do educando para a leitura e diagnóstico de faltas e necessidades da realidade pedagógica.”

A observação é o instrumento mais importante nessa etapa, é através dela que o professor efetiva sua prática pedagógica, e se tem dados sobre o desenvolver da criança e suas dificuldades, considerando cada uma em suas particularidades. O Parecer da DCNE (2009) preconiza que,

A observação sistemática, crítica e criativa do comportamento de cada criança, de grupos de crianças, da brincadeira e interações entre as crianças no cotidiano, e a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.), feita ao longo do período em diversificados momentos, são condições necessárias para compreender como a criança se apropria de modos de agir, sentir e pensar culturalmente constituídos. (BRASIL, 2009, p. 95)

Toda e qualquer observação realizada pelo professor precisa e deve ser documentada para que posteriormente sirva como ferramenta avaliativa do processo educacional do aluno. Assim sendo, O Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) certifica que:

A documentação dessas observações e outros dados sobre a criança devem acompanhá-la ao longo de sua trajetória da Educação Infantil e ser entregue por ocasião de sua matrícula no Ensino Fundamental para garantir a continuidade dos processos educativos vividos pela criança. (BRASIL, 2009, p.95)

O registro é um mecanismo que auxilia a observação, uma vez que através dele o professor cataloga suas observações por meio de fotos, filmagens, gravações de áudios, produções dos alunos, entre outros. Como relata Pontes e Pessoa (2014),

O registro constituirá um acervo de informações e conhecimentos fundamentais para o professor, pois permitem registrar o desenvolvimento, as conquistas, as descobertas,

as dificuldades individuais e em grupos, oferecendo uma visão minuciosas sobre cada criança, além de contribuir para sua formação, podendo torna-lo um professor reflexivo, que estuda e busca fundamentação teórica para respaldar sua prática. (PONTES; PESSOA, 2014, p.29)

Dentre as ferramentas avaliativas temos o portfólio, o qual é bastante utilizado pelos professores, e que reúne as atividades produzidas pelos alunos ao longo do ano letivo ou de um período. De acordo com Gemio (2007) “O portfólio é um conjunto de atividades do aluno no decorrer de um determinado período, ou seja, compreende a coletânea de trabalhos realizados pela criança.” (2007, p.27)

As fichas avaliativas baseiam-se em preencher uma ficha utilizando termos para avaliar as atividades e áreas de desenvolvimento das crianças, é uma das práticas avaliativas mais utilizada pelos educadores como instrumento avaliativo. Como afirma Bindá (2015, p.53) “Esta prática se dá a partir do preenchimento dos instrumentos de avaliação, ao final de algum período ou semestre ou outros”.

O processo avaliativo nesta etapa de ensino precisa ser algo constante, se fazendo imprescindível fazer ao menos um registro por dia de cada criança, para que desta forma seja realizada uma avaliação que considere cada progresso dos alunos. Como salienta Pontes e Pessoa (2014),

O educador precisa estar atento àqueles indícios que têm significado para o contexto do seu trabalho. Não é tarefa fácil, por isso é importante que se tenha clareza de que supõe um exercício diário de olhar para além do que se vê, de desvelar o significado escondido, muitas vezes, numa expressão de espanto, no silêncio, no gesto, no corpo. Também supõe um exercício contínuo de dedicação, feito por um professor pesquisador, reflexivo, comprometido com a educação. (PONTES; PESSOA, 2014, p. 30)

Portanto, na educação infantil independentemente do método e instrumento utilizado para realizar a avaliação, o professor deve considerar a criança como um ser ímpar e examinar cada atitude dela, seja individualmente ou em grupo. E através da avaliação pensar e repensar seu fazer educativo, estando sempre aberto a mudanças em prol do desenvolvimento integral da criança.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo visa tratar sobre como transcorreu a pesquisa, considerando que a metodologia é substancialmente importante para o processo de pesquisa, pois é ela quem oferece ferramentas para o alcance dos objetivos previamente definidos.

### 2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A metodologia é uma estrutura na qual é definida quais serão os alicerces que fundamentarão a pesquisa a ser realizada. Segundo Marconi e Lakatos (2002, p.30) “A seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, [...]”

O estudo utilizou a abordagem qualitativa, uma vez que a pesquisa se sucedeu de forma descritiva, levando em consideração que o pesquisador é o instrumento chave para o proceder da pesquisa, de acordo com Bogdan e Biklei (*apud* LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.13) “[...], envolve a obtenção de dados descritivos, [...] e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.”

A utilização da abordagem qualitativa permitiu analisar o fenômeno estudado, levando em consideração que a pesquisa não se pautou em quantificar seus dados, para posteriormente estabelecer relação casual que explique tal fenômeno. Como diz Godoy (1995, p.57)

Na pesquisa qualitativa não existe hipóteses pré-concebidas, suas hipóteses são construídas após a observação, ou seja, nela não existe suposta certeza de método experimental. Nesse sentido, quem observa ou interpreta influencia e é influenciado pelo fenômeno pesquisado.

A pesquisa foi enveredada pelo método fenomenológico objetivando mostrar tal situação de acordo com que ela própria se apresenta, sem sofrer intervenção externas. Conforme afirma Gil e Silva (2015),

O que se busca alcançar com esse método é a consciência do sujeito mediante a expressão de suas experiências interna. Para a fenomenologia, um objeto é como o sujeito o percebe, devendo, portanto, ser estudado sem interferências de qualquer regra de observação. (GIL; SILVA, 2015, p.102)

Assim sendo, a pesquisa descreve-se a partir do método fenomenológico em que procurou analisar o fenômeno do processo de avaliação na educação infantil no período de pandemia, considerando os aspectos do desenvolvimento integral das crianças e a repercussão na vida escolar e social das crianças. De acordo com Masini (2000, p. 63), “O método fenomenológico não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de

interpretação (tarefa da Hermenêutica) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental”.

## 2.2 TIPO DE PESQUISA

Considerando o momento de pandemia em que estamos passando por conta da COVID-19 utilizou-se a pesquisa documental, em que foi coletado documentos que guiam o fazer pedagógico na educação infantil, alguns deles cedidos pela Secretaria Municipal de Educação do município de Benjamin Constant. Tal pesquisa consiste em averiguar documentos oficiais e/ou documentos pessoais como fonte de informação.

A utilização da pesquisa documental apoia-se na observação dos processos das evoluções ocorridas em conceitos, comportamentos, práticas e etc. Conforme afirma Cellard (2008, p.295)

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

A pesquisa documental segundo Sá-Silvia, J; Almeida, C e Guindani, J. (2009, p.13) “Apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação. Deve muito à História e, sobretudo aos seus métodos críticos de investigação [...]”.

Para complementar ainda mais a pesquisa, utilizou-se a análise documental que proporcionou ao pesquisador informações sobre fatos concretos partindo da análise de documentos, que se constitui como uma técnica de pesquisa indissociável quando se emprega a pesquisa qualitativa. Para Garcia Junior, Medeiros e Augsta (2017, p.142) “Acreditamos que para o desenvolvimento de estudos no campo das Ciências da Informação, a análise documental tem sua relevância, uma vez que através dela o pesquisador poderá coletar, tratar e analisar suas fontes informacionais”.

A análise documental deu-se através da análise de leis, diretrizes, propostas, projetos, entre outros, alguns deles adquiridos através de pesquisas na internet, fornecidos pela SEMED-BC e pelas professoras da Escola Municipal de Educação Infantil Frei Benigno Falchi. Desta forma analisou-se a Proposta Pedagógica para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino; o Projeto Educacional “Rádio Escola: nas Ondas do Conhecimento”; as Folhas de

Registros de Avaliação da referida escola; o Parecer Descritivo Individual em Tempo de Pandemia da escola Frei Benigno Falchi.

Foi utilizado também como instrumento de coleta de dados o questionário, que possibilitou conceber a forma que ocorre a avaliação na educação infantil do sistema escolar atual através da implementação do projeto rádio escola, identificando os critérios e instrumentos utilizados com as crianças no período de pandemia.

Enfatizando que tal questionário foi enviado e respondido através de aplicativo de mensagens, conforme as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o distanciamento social e com o que o instrumento de coleta de informações requer. De acordo com o que afirma Lakatos e Marconi (2009, p.203) “[...] questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

A pesquisa contou com a utilização em massa do WhatsApp para coletar dados e para a obtenção da autorização para a coleta de documentos municipais através do Termo de Livre Consentimento e do Ofício nº004/2021- MASC/ INC/UFAM.

Através do grupo de WhatsApp foi possível munir-se de informações sobre as aulas, atividade e dúvidas, foi utilizada as fotos enviadas pelos pais e responsáveis durante o processo educacional realizado em casa.

### 2.3 UNIVERSO DA PESQUISA

O estudo teve como campo de pesquisa a Escola Municipal de Educação Infantil Frei Benigno Falchi localizada no bairro da Colônia, zona urbana de Benjamin Constant – AM.

**Figura 1:** Bairros da Colônia I e Colônia II



**Fonte:** PMBC, junho de 2015.

O projeto da construção de uma Creche no Município de Benjamin Constant foi contemplado, devido à necessidade de mais uma escola de educação infantil que atendesse as crianças do bairro da colônia, pois havia grande demanda de crianças fora da escola. Portanto a prefeita na época ativou a escola, que passou a atender as crianças da educação infantil e com um aspecto interessante mais três turmas do maternal que atende crianças com a faixa etária de 03 anos de idade. Pois segundo o Art. 11. parágrafo 5, da Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9394/96. É dever dos Municípios: “V- Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas [...]”.

Contudo, o que seria uma creche hoje funciona como a Escola Municipal de Educação Infantil Frei Benigno Falchi que está vinculada a Prefeitura Municipal de Benjamin Constant tendo-a como sua mantenedora. Esta foi inaugurada no dia 23 de Fevereiro de 2015, e está situada à Rua Raimundo Barbosa, S/N, CEP 69630-000, no bairro da Colônia II, no município de Benjamin Constant.

A Escola Municipal de Educação Infantil Frei Benigno Falchi, está localizada no Município de Benjamin Constant – AM, na Rua Raimundo Barbosa, S/N, Colônia. A escola foi criada com o objetivo de atender crianças de 0-3 anos de idade, mas, devido à necessidade hoje atende crianças de 3 a 5 anos, sendo Maternal (3 anos), Pré I (4 anos) e Pré II (5 anos).

**Figura 2** - Escola Municipal de Educação Infantil Frei Benigno Falchi



Fonte: SAMPAIO, junho de 2015.

A escola recebeu este nome em homenagem ao antigo pároco de nossa cidade Frei Benigno Falchi<sup>1</sup>, pois o local para a construção da creche foi cedido por ele. Este foi um missionário que durante muitos anos de vida viveu em nosso município.

---

<sup>1</sup> Benigno foi o nome dado a um homem que tinha como maior desejo trabalhar em missões. Seu nome verdadeiro era Remo Falchi e nasceu em 1936 na cidade de Grutti na Itália. Foi um Missionário na Amazônia durante 50 anos, passou por todos os municípios do Alto Solimões, mas seu trabalho maior foi em Benjamin Constant. Trouxe o

**Figura 3 - Frei Benigno Falchi**



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Benjamin Constant, maio de 2017

A escola foi construída em alvenaria, coberta por zinco, forrada por PVC em todas as suas repartições, possui um espaço recreativo amplo contendo brinquedos que estimulam a coordenação motora e a interação das crianças, como cama elástica, escorrega, balanço, etc. No chão do pátio forrado é pintado uma amarelinha contendo o alfabeto, possui mesas com acento que permitem que as refeições possam ser feitas nelas.

As portas das salas são todas em madeira, as janelas em vidro, as mesas e cadeiras das salas de aulas são adaptadas para o tamanho dos alunos, todas as salas possuem ar condicionado em seus plenos funcionamentos, armários para que as professoras possam armazenar os materiais didáticos. Os banheiros são adequados para as crianças atendidas na Educação Infantil, permitindo que elas possam ter acesso sem dificuldades.

A escola possui um total de 23 (vinte e três) professoras atuando na escola, sendo divididas entre os turnos matutino e vespertino. Atualmente a escola ainda não está trabalhando com aulas presenciais devido a pandemia que ainda perdura, porém as aulas acontecem via rádio e via grupo de WhatsApp e com a utilização de apostila elaboradas pelas professoras e equipe pedagógica.

---

primeiro computador para o município para o desenvolvimento do trabalho da catequese, que por sinal foi um dos mais organizados do Alto Solimões e maior funcionamento. Outros trabalhos importantes em Benjamin Constant foram efetivados pelo Frei Benigno os quais não poderíamos deixar de mencionar, a pastoral da juventude, o investimento com a educação no município, o fortalecimento da fé entre os católicos, investimentos em construções como escolas e igreja, a pastoral da criança.



### **3 ANALISANDO A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PROCESSOS AVALIATIVOS NA PANDEMIA**

Objetivando analisar o processo avaliativo no período de pandemia, se fez indispensável a análise de documentos nos quais desvelasse a caminhada pedagógica e a prática avaliativa da educação infantil na referida escola.

Assim sendo, o presente capítulo apresenta as análises acerca de decreto municipal referente a suspensão das aulas no início da pandemia no município; da Resolução CNE/CP Nº2 que apresenta como deve decorrer as aulas nas instituições de ensino; da Proposta Pedagógica no município; do Projeto Rádio Escola que guia o novo modelo escolar das crianças matriculadas na rede municipal; da Ficha de Registro de Avaliação e do Parecer Descritivo, nos quais são os resultados das avaliações realizadas; e por fim as respostas obtidas da professora através do Questionário.

#### **3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL EM BENJAMIN CONSTANT**

Atualmente a Educação Infantil no município de Benjamin Constant é regida através da Proposta Pedagógica para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, que foi elaborada em 2015 por professores da Educação Infantil da rede municipal e particular, professores da UFAM, gestores e pais de alunos, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação do município, Secretaria Executiva Pedagógica e a Gerência de Educação Infantil. Fundamentou-se através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/1996, RCNEI, DCNs, Resolução Nº 05/2009-CNE/CEB, Resolução Nº01/2015-CME/BCT, de 29 de outubro de 2015.

A proposta tem por objetivo:

[...] garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (SEMED, 2015, p.5)

O objetivo da proposta é de assegurar a aprendizagem integral das crianças, e assim, garantir seus direitos conforme assegurados nos aspectos legais da legislação, diante disso, tonando a proposta pedagógica municipal uma ferramenta norteadora do trabalho educacional para o município de Benjamin Constant.

O documento, conceitua a criança como sendo o centro da organização curricular, pois considera que a criança “[...] é construída dentro de cada contexto social específico, pois cada

sociedade que existiu e existe tem suas próprias peculiaridades, seus padrões culturais.” (SEMED, 2015, p. 21). No entanto, o mesmo documento considera que, “[...], independente da sociedade ao qual a criança está inserida e da visão que se tenha dela, ela é um sujeito histórico, pois produz cultura e dá novo significado aos padrões culturais do ambiente em que se vive.” (SEMED, 2015, p.21)

Desta forma, não se nega a capacidade da criança em sua historicidade, da sua potencialidade de produção cultural que se faz dentro e fora do âmbito escolar, e na competência em criar e recriar significados de acordo com o meio em que vive, o qual possui bastante influência sobre a criança, precisando ser então, um ambiente desafiador e de acolhida para a criança.

No que se refere ao entender a Educação Infantil, diz que “[...] não se pode mais pensar Educação Infantil apenas como lugar de recreação, de cuidados ou de preparação, para a aprendizagem futura e, sim, como espaço de construção de conhecimentos e de ampliação do universo simbólico das crianças’ . (SEMED, 2015, p.23)

Desta forma, o documento não negligencia a Educação Infantil assim como historicamente foi feito, pelo contrário, ele enaltece a importância que ela possui na vida pessoal e social dos discentes que por ela perpassam, já que os conhecimentos e conceitos propostos nessa fase serão construídos pelos professores juntamente com os alunos, já que anteriormente a escrita enaltece a capacidade que a criança possui.

A educação infantil em Benjamin Constant é oferecida nas escolas urbanas, ribeirinhas/campo e escolas indígenas. Atualmente a rede municipal possui 2.186 crianças matriculadas na educação infantil, sendo distribuídos da seguinte maneira: 416 na creche – maternal III e 1770 crianças na pré-escola entre os Pré I e Pré II.

Cabe ressaltar que a Proposta Pedagógica municipal lista melhorias realizadas com o intuito de favorecer qualidade do atendimento no Sistema Municipal de Ensino, que são elas: melhorias dos espaços físicos; construção e ampliação de unidades de ensino; adequação dos equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos de acordo com a faixa etária da criança; formação continuada dos profissionais; elaboração da proposta pedagógica; formação da gestão escolar; valorização profissional – plano de cargos, carreira e remuneração do magistério; normas de organização e funcionamento da educação infantil – matriz curricular; elaboração do regimento geral das escolas do sistema municipal de ensino.

O currículo da Educação Infantil dentro dessa Proposta Pedagógica do município segue o que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil considera essencial referente

as experiências a serem trabalhadas nessa etapa de ensino, que são o desenvolvimento pessoal e social, e conhecimento de mundo.

No que diz respeito ao desenvolvimento pessoal e social de acordo com a Proposta Pedagógica analisada, “[...] refere-se às experiências que favorecem, prioritariamente, a construção do sujeito.” (SEMED, 2015, p.9). Para que isso aconteça efetivamente, cabe as instituições de ensino dar possibilidades para que seus alunos aprendam a conviver com o outro e consigo mesmo, respeitando o próximo e obtendo confiança em si e no outro. Com isso, o eixo a ser trabalho é o da Identidade e Autonomia, onde será trabalhado,

O domínio progressivo das diferentes linguagens que favorecem a expressão e comunicação de sentimentos, emoções e ideias das crianças, propicia a interação com os outros e facilitam a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos. Incide sobre aspectos essenciais do desenvolvimento e da aprendizagem e engloba instrumentos fundamentais para as crianças continuarem a aprender ao longo da vida. (SEMED, 2015, p.10)

Já no âmbito de Conhecimento de Mundo, engloba-se os eixos Linguagem Oral, Linguagem Escrita, Artes, Música, Movimento, Natureza e Sociedade e Matemática, e que conforme a Proposta Pedagógica municipal, “Esses eixos foram escolhidos por si constituírem em uma parcela significativa, da produção cultural humana que amplia e enriquece as condições de inserção das crianças na sociedade.” (SEMED, 2015, p.10)

Considerando o Currículo da Educação Infantil estabelecido na Proposta Pedagógica para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, pode-se afirmar que as séries referentes a educação básica em Benjamin Constant é orientada a trabalhar para garantir o desenvolvimento integral das crianças, seguindo o que rege no RCNEI para essa etapa de ensino.

Com o surgimento da Pandemia, em 2020, o processo educativo sofreu diversas mudanças em sua prática. Considerando que um dos cuidados fundamentais para não contrair o vírus da COVID 19 é o distanciamento social, como trabalhar para cumprir o desenvolvimento integral da criança?

Em março de 2020, foi suspensa as aulas na rede municipal em atendimento aos decretos municipais de isolamento social. A Secretaria Municipal de Educação, em concordância com a UNDIME,

[...]optou por não oferecer educação a distância com mediação tecnológica pelos motivos, a saber: nosso município não possui estrutura tecnológica para tal oferta; nem todas as famílias possuem recursos para garantir a participação de seus filhos nessa modalidade de ensino; os alunos da educação infantil e do Ensino Fundamental

I necessitam de outro tipo de abordagem pedagógica; os profissionais não possuem formação adequada e os estudantes não possuem a autonomia de estudo exigida. (SEMED, 2020, p.2)

Diante disso, foi considerado a precariedade perante o suporte tecnológico no município e a formação dos professores diante a das aulas não presenciais e do novo modelo educacional que se fez necessário ser instalado perante a pandemia.

Contudo, com o parecer do Conselho nacional de Educação N°05/2020, abriu a possibilidade de computar a carga horária mínima em atividades não presenciais, com isso pensaram na rádio escola como proposta inicial de aula não presencial e reposição de aulas presenciais.

Por um período de 4 meses, as atividades ficaram suspensas, e de acordo com relatos da professora sendo realizadas somente diagnóstico das crianças das turmas, e posteriormente sendo realizada a Jornada Pedagógica Municipal.

Nesse sentido, perguntamos à professora: Antes do Projeto Rádio Escola, como a escola se organizava pedagogicamente para desenvolver atividades com as crianças da Educação Infantil? A professora disse: *“Fazemos a jornada pedagógica, depois realizamos o planejamento mensal, e dali realizamos o semanal, com base na sondagem da turma”*. (Questionário, 2021)

Percebe-se que a organização pedagógica acontecia não somente de maneira isolada de acordo com a necessidade da turma, mas também, de forma coletiva considerando as bases legais que guiam e regem a Educação Infantil. Tal Jornada Pedagógica citada pela professora, é uma espécie de formação para os professores que acontece anualmente como uma forma de ampliar os conhecimentos dos mesmos para que possam desenvolver da melhor maneira possível seus trabalhos. No entanto, com a pandemia a mesma também teve que ser adaptada, sendo realizada também via rádio seguindo todo protocolo de segurança e cuidados com sugeridos OMS.

Ao analisar a Proposta Pedagógica para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, existem diversos conflitos de como a Proposta Municipal direciona a Educação Infantil e como a mesma está sendo realizada nesse período pandêmico.

O primeiro conflito remete-se a carga horária nessa etapa de ensino, onde o documento segue a orientações dos registros legais que guiam as práticas educativas da Educação Infantil, com a carga horária de 800 (oitocentos) horas anuais. No entanto, a Parecer do CNE 05/2020, que reorganiza o calendário escolar com cômputo de atividades não presenciais como forma de cumprir a carga horária mínima.

Assim como, a Resolução CNE/CP Nº2, de 10 de Dezembro de 2020 deixa a cargo de cada sistema de ensino a forma com que realizarão a reposição de aulas para o cumprimento da carga horária, dando assim algumas alternativas para as escolas. Declara que as práticas educacionais não presenciais podem acontecer através das plataformas digitais, televisão, rádio, matérias didáticos impressos desde que haja orientação para os alunos, pais ou responsáveis de como devem ocorrer tais atividades.

A Proposta Municipal lista ainda algumas condições que devem ser dadas pelas instituições de ensino desta etapa para o cumprimento do objetivo de tal documento, uma delas é o “VI – o deslocamento e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referências das turmas e à instituição.” (SEMED,2015, p. 11). Tais atividades nos espaços internos e externos das instituições de ensino tornaram-se impossíveis de serem realizadas com a chegada do vírus da COVID-19 no município, e sucessivamente a paralização das aulas presenciais.

Desse modo, práticas de brincar, de socialização e interação, foram comprometidas considerando as normativas da OMS para o combate do vírus da COVID-19, sendo o distanciamento social umas das principais normas, sendo assim, torna-se improvável a realização de brincadeiras com cunhos socializantes e de interação.

Diante disso, ficou impossibilitado realizar as brincadeiras com outras crianças, nas quais são primordiais para o desenvolvimento delas, que a partir das brincadeiras as crianças socializam e interagem com outras crianças e adultos, e a assim constroem e reconstroem conceitos, abrangendo seus vocabulários, reconhecendo e respeitando a si e ao outro, entre outros desenvolvimentos essenciais para o seu pleno desenvolvimento.

Considerando as novas metodologias utilizadas para a realização da aulas nesse período pandêmico e o novo cenário educativo que as crianças possuem, a socialização das mesmas com outras crianças só é possível quando em sua própria casa reside outras crianças, e em muitos casos ocorrendo somente de forma livre, sem nenhuma orientação ou finalidade pedagógica. Caso contrário, tal socialização somente ocorre com os pais e responsáveis, e em muitos casos esses adultos responsáveis por elas não possuem de tempo disponível para exercer brincadeiras de cunhos educacionais.

Outra condição para a garantia do cumprimento do objetivo do documento orientador da Educação Infantil municipal, é o “X – a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência [...] e negligência [...] praticadas pela família,

prevendo os encaminhamentos de violência para instâncias competentes.” (SEMED, 2015, p.12)

Com as medidas de proteção contra o vírus da COVID-19 ficou impossibilitado de o professor promover certos cuidados com as crianças dessa fase de ensino, como por exemplo, a proteção a maus tratos, negligências familiar, entre outros. Situações que em muitos casos são descobertas ou expostas no âmbito educacional.

### **3.1.1 O Ensino Remoto com Crianças da Educação Infantil: Experiência do Projeto Rádio Escola**

O município de Benjamin Constant, através da SEMED elaborou o projeto chamado **“PROJETO EDUCACIONAL “RÁDIO ESCOLA: NAS ONDAS DO CONHECIMENTO”**. Tal projeto em sua elaboração, considerou a realidade social, geográfica, cultural, tecnológica e educacional do município em que não seria viável a realização das aulas virtuais, por conta da precariedade de internet de qualidade para uso de aulas online, e também pela dificuldade financeira das famílias atendidas pela rede municipal.

Sabe-se que a educação é um direito de todos e que é assegurado legalmente, assim sendo, a criação deste projeto é uma forma de assegurar que a educação alcance a todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino do município, considerando a precariedade que a região possui em relação a tecnologia e especificamente com o acesso à internet. Por isso, esse projeto objetivou “[...] proporcionar um ambiente educativo na perspectiva garantir o direito a aprendizagem a todos os estudantes da rede municipal de ensino no período em que durar a pandemia da COVID – 19”. (SEMED, 2020, p. 3)

O Projeto considerou a utilização da rádio para executarem as aulas, pois o mesmo é “[...] um veículo de comunicação de massa e de grande alcance social, apresenta-se como uma ferramenta viável e possível porque através deste instrumento as pessoas das mais diferentes classes [...] têm acesso à informação e ao entretenimento.” (SEMED. 2020, p. 4-5)

Assim sendo, a Secretaria Municipal de Educação considerou que a melhor forma para garantir que todos tivessem acesso à educação de forma segura, considerando o momento pandêmico que se vive com a chegada do vírus da COVID-19, o rádio tornou-se um meio para a construção de conhecimento e a garantia da educação no município.

O documento em análise visa,

[...] proporcionar um diálogo verdadeiro, um pensar crítico, uma troca entre o emissor e receptor, incentivando a família no processo de construção do conhecimento, pois estes serão instrutores e irão contribuir com a existência da organização dos estudos, disciplina, foco e parceria no processo de interação.” (SEMED, 2020, p. 5)

A criação do projeto não se deu apenas como algo obrigatório por conta da pandemia, mas sim “[...] por responsabilidade com a população e no intuito de incentivar as famílias a estar juntos no processo de desenvolvimento educacional dos seus filhos, ofertando estratégias que incentivem o interesse pela busca do conhecimento [...].” (SEMED, 2020, p. 7)

Desta forma, mais do que nunca a parceria entre família e escola tornou-se algo indispensável e muito valioso para o processo educativo das crianças. Com a implementação desse projeto os pais tornaram-se instrutores dos alunos, uma vez que são eles quem fazem o intermédio das aulas através do rádio, e as atividades enviadas através das apostilas.

O Projeto Rádio Escola contempla aulas não presenciais para todos os seguimentos educacionais da rede municipal de ensino, abrangendo todas as áreas de conhecimento trabalhadas na Educação Infantil. As aulas remotas são previstas para ocorrerem enquanto durar a pandemia.

Assim sendo, as atividades pedagógicas da Educação Infantil contempladas nesse projeto são:

- Elaborar orientações/ sugestões aos pais [...] sobre atividades sistemáticas que possam ser realizadas com seus filhos em seus lares [...].
- Enviar materiais de suporte pedagógico organizado pelas escolas [...].
- Criar guia de orientações aos pais, no qual seja incluídas informações quanto aos cuidados com a higiene e alimentação das crianças.
- Para crianças de 3 (três) anos, as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, [...] brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para os pais [...] que não têm influência na leitura, oferecer modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, [...].
- Para as crianças da pré-escola [...], além das orientações acima, a ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, [...], jogos, [...] para aos pais [...] desenvolverem com as crianças.
- Organizar em parceria com a família a correção das atividades e realizar a avaliação sobre a execução das atividades propostas. (SEMED, 2020, p.15)

Considerando a organização pedagógica citada acima, é possível afirmar que os seguimentos do *cuidar*, *educar* e *brincar* nesse momento de pandemia e de isolamento social, está atrelado às famílias, especificamente aos pais e/ou responsáveis das crianças matriculadas na Educação Infantil, no entanto, as escolas dessa etapa de ensino estão oferecendo subsídios a eles para que se cumpra tais seguimentos com excelência. Preocupando-se também com aqueles que não possuem domínio da leitura, e oferecendo ferramentas para que todas as crianças sejam atendidas igualmente.

O documento institui que seja realizada indicações aos pais das crianças da educação infantil para a realização de brincadeiras, jogos e entre outras atividades lúdicas, já que os pais diante desse atual modelo educacional são os mediadores das atividades educacionais, uma vez que essas atividades são de fundamental importância para o pleno desenvolver das crianças nessa etapa de ensino.

No entanto, os pais vêm desencadeando um papel de suma importância e de grandes desafios, considerando o acúmulo de atividades e responsabilidades que a pandemia trouxe para a vida deles, mas ao mesmo tempo, intensificou os laços entre a escola e a família, que perante o vigente modelo educativo se faz imprescindível para a garantia do direito a educação.

Diante desse cenário, o Projeto Rádio Escola: nas ondas do conhecimento, iniciou-se como projeto piloto, dia 06 de julho de 2020, pela rádio Rios FM – 97,9Mhz, ainda não aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Benjamin Constant (Anexo A), em que demonstra que somente em novembro o referido Conselho estava em discussão dessa proposta.

**Figura 04** : Primeiro programa da Educação infantil na Radio Escola



**Fonte:** Portal O TAMBAQUI, 2020.

Na foto acima apresenta as professoras da educação infantil e equipe responsáveis em executar o Projeto Rádio Escola em seu primeiro dia de aula via rádio, que ocorreu no dia 06 de julho de 2020.

Posteriormente, o projeto foi aprovado pela Resolução N°002/CME-BCT/2020, na modalidade de ensino não presencial, com mediação por rádio. Essa mediação para a educação



infantil foi feita por professores e equipe pedagógica da SEMED, incluindo professor intérprete da língua tikuna, com 2 horas de programa na quarta-feira.

O projeto tem por finalidade “Promover um processo pedagógico não presencial na perspectiva de garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes da rede municipal de ensino no período em que durar a pandemia da COVID-19.” (SEMED, 2020, p.7) Desse modo, busca atender a demanda municipal de discentes, tanto da zona urbana quanto os da zona rural, e assim garantindo-lhes o direito a educação, atendimento esse que conta com o planejamento a realização da aulas não presenciais seguindo as determinações da BNCC em prol do desenvolvimento integral das crianças; elaboração de apostilas impressas e guia de orientações aos pais e responsáveis, além de um meio onde possa haver uma comunicação entre a SEMED e os pais para comunicados, informativos e etc.

Contudo, há limitação de atendimento integral às crianças, especialmente as crianças com necessidades especiais, por exemplo uma criança surda, que não tem como realizar esse tipo de ação. Entendemos que a SEMED buscou trazer alternativa educação escolar, porém precisa buscar além de apostila, possibilidades como jogos, brinquedos pedagógicos que também contribuem para o desenvolvimento da criança.

O Projeto organizou-se através de Planos de Trabalho (PT) procedeu-se diante da participação de toda a equipe designada para esse processo, tendo como norte a BNCC; Aulas via Programa de Rádio acordo com o projeto elaborado visa atender a Educação Infantil somente no Pré I e Pré II em seus específicos campos de experiências, no entanto, durante a execução das aulas, foi atendido também as turmas do Maternal.

Elaboração das Apostilas deu-se através de um material didático impresso contendo uma seqüência didática conforme preconiza a BNCC e a proposta pedagógica, e em seguida entregue aos pais. As Orientação e Acompanhamento deram-se através dos professores e equipe técnica da SEMED, no qual dispuseram de orientações referente ao material entregue seguindo todos os protocolos de segurança, através de uma escala para evitar aglomerações. Mas, ainda assim, sabemos que muitos pais não assumem ou mesmo conseguem realizar o acompanhamento das crianças.

A Avaliação Bimestral conforme o projeto deve ocorrer através de um “[...] espaço para a interatividade com o intuito de socializar as produções constituídas através das atividades propostas, possibilitando assim compartilhar p conhecimento produzido no decorrer das programações [...]” (SEMED, 2020, p.13)

Assim sendo, é realizado através dos grupos de mensagens via WhatsApp, onde ocorre a articulação da professora com os alunos e o compartilhamento de suas produções, no entanto, nem todos os discentes dispõem de internet ou celular para a utilização de tal meio de interação.

Atualmente, as aulas via rádio seguem um roteiro igual as aulas presenciais, começando com a rotina na qual contempla a acolhida (de modo geral ocorrendo com vídeos de bom dia e/ou boa tarde); em seguida uma oração, a qual é realizada em português e em seguida na língua Tikuna; posteriormente é realizado o momento cívico com o hino nacional; é realizada também a apresentação das professoras mediadoras do Projeto Rádio Escola Nas Ondas do Conhecimento.

Antes de iniciar a explanação das apostilas de acordo com cada turma, é realizada a chamada dos nomes das crianças matriculadas na rede municipal de ensino na Educação Infantil, conforme as turmas dessa fase de ensino.

No segundo momento de modo geral as aulas contemplam conteúdos que trabalham os três pilares da Educação Infantil que são eles: o brincar, o cuidar e o educar; e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Após cada momento, ou cada conteúdo abordado, a tradução na língua Tikuna é realizada, para que as crianças de tal etnia possam também acompanhar de forma efetiva as aulas.

Com isso, além de garantir que a educação chegue de forma igual para todos, permite também que as crianças que não falam a língua Tikuna possam conhecer e respeitar outras etnias, compreendendo que não existe apenas uma língua unificada para todos, mas sim, várias outras de acordo com sua localização, etnia, etc.

Em seguida é sempre trabalhado o que foi chamado de ‘Chamadinha Corona Vírus’, que é a apresentação de um vídeo informativo e didático sobre os cuidados que se deve ter nesse momento de pandemia. De modo geral, os vídeos trabalhados nas aulas via rádio são previamente enviados nos grupos de WhatsApp de cada turma, para que assim, as crianças possam ter acesso ao conteúdo audiovisual.

As apostilas elaboradas pelas professoras da Educação Infantil, contemplam cinco campos de experiências, como mostra o quadro a seguir com cada campo de experiência e os seus respectivos objetivos para cada um deles para o pleno desenvolvimento integral das crianças dessa fase de ensino.

**Quadro 02:** Campos de Experiências da apostila de acordo com a BNCC.

<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA</b>	<b>OBJETIVO</b>
<b>O eu, o outro e o nós</b>	Objetiva que a criança valorize sua própria identidade, respeitando e reconhecendo as diferenças existentes entre ela e as outras crianças.
<b>Corpo gesto e movimentos</b>	Objetiva apresentar as diferentes linguagens artísticas e culturais, como a música e a dança, e seus diversos movimentos.
<b>Traços, sons, cores e formas</b>	Objetiva incentivar as crianças a terem experiências por meio da intensidade dos sons e ritmos, descobrindo assim ações variadas de traços, cores e formas.
<b>Escuta, fala, pensamento e imaginação</b>	Objetiva ampliar as experiências com cantigas, leitura, jogos cantados, brincadeiras de roda, conversas, entre outras.
<b>Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações</b>	Objetiva favorecer a construção das noções de espaço em situações estatísticas como: perto/longe, frente/trás, hoje/ontem/amanhã, antes/depois.

**FONTE:** SEMED, 2020.

Analisando a tabela acima, é possível afirmar que a apostila elaborada e trabalhada na Educação Infantil, segue todos os requisitos pré-estabelecidos legalmente para essa etapa de ensino, mesmo não sendo possível nesse momento a realização das aulas presenciais, são passadas orientações para que tais atividades sejam realizadas em casa, por intermédio dos pais e responsáveis pelas crianças.

Antes de finalizar a aula via rádio, em algumas delas são realizadas sorteio de prêmios para as crianças, tal atividade serve como um incentivo para a participação efetiva dos alunos. Assim sendo, ao finalizar as aulas são feitos os agradecimentos aos pais, aos alunos, a equipe envolvida nesse processo, avisos, comunicados e encerra com música infantil.

É enfatizado também para que os pais entendam que cada criança possui seu tempo, e que algumas irão conseguir realizar as atividades mais rápida do que outras, e que esse processo é algo natural e que precisa ser entendido e aceito pelos pais, já que nesse momento são eles os mediadores entre as professoras e as crianças.

As aulas via rádio durante o período da pesquisa, ocorriam durante dois dias na semana em horários diferentes, sendo na quarta-feira a partir das 12h00 até as 14h00; e aos sábados das 10h00h às 12h00.

No dia 17 de junho de 2021, a Câmara Municipal do município de Benjamin Constant realizou uma sessão solene de Moção de Reconhecimento Público pelas ações educativas do Projeto Rádio Escola: Nas Ondas do Conhecimento. Tal evento ocorreu no Ginásio Esportivo João Corrêa de Oliveira, pela parte da manhã, e contou com a presença de todos os profissionais da educação da rede municipal de ensino, comunidade e representantes do Poder Legislativo.

Foi entregue para a Secretária de Educação do Município um certificado de reconhecimento do projeto Rádio Escola: Nas Ondas do Conhecimento, na fala da Secretária foi realizado agradecimentos a todos os profissionais da educação da rede municipal que contribuíram para que fosse possível a elaboração e execução do projeto, agradeceu também aos pais e responsáveis pelos alunos que abraçaram a causa e foram fundamentais para a realização das aulas via rádio.

O projeto também chamou atenção dá mídia, sendo realizada matérias mostrando a execução das aulas via rádio, as dificuldades e o empenho de todos envolvidos nesse processo, e assim sendo exibidas no Jornal do Amazonas.

### 3.2 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO SISTEMA ESCOLAR

Na escrita mais aprofundada sobre a avaliação na Educação Infantil no que se refere a função da equipe pedagógica fala que “[...] pensar também na passagem do educando da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.” (SEMED, 2015, p.33)

Com isso, cria-se uma contradição entre o que se diz sobre o conceito de Educação Infantil onde não se deve considerar como um lugar de preparação para aprendizagens futuras, e mais a frente fala sobre pensar na progressão da Educação Infantil para o Ensino Fundamental como sendo um dos papeis da equipe pedagógica. O que remete a prática de alfabetização dentro da Educação Infantil, como algo obrigatório nessa etapa, o que se sabe que tal obrigatoriedade só é fundamentada nos Anos Iniciais.

Na Educação Infantil é obrigatório que a criança desenvolva habilidades, esteja pronta a criar e recriar conceitos, solucione problemas, seja capaz de respeitar o próximo, tenha um bom convívio social, entre outros, o que irá remetê-las ao seu desenvolvimento integral.

Nos cunhos da Proposta Pedagógica sobre a avaliação na Educação Infantil, ela relata que a avaliação não pode e nem deve ser desvinculada do processo de aprendizagem e enfatiza também a importância de o professor conhecer cada criança, para que assim o mesmo possa alcançar seus objetivos. Considera também, que:

A unidade de ensino que queremos se encontra dentro de uma pedagogia preocupada com a transformação, e não com a conservação; repensa constantemente o seu espaço de trabalho, favorecendo de forma significativa o desenvolvimento integral dos educandos e buscando a excelência humana e acadêmica. (SEMED, 2015, p.33)

É muito significativo pensar em um fazer pedagógico de forma a buscar uma transformação, que esteja aberta a possíveis mudanças de acordo com a necessidade dos alunos, pois são eles os pontos centrais de todo esse processo. É preciso está aberto a possíveis mudanças durante o processo educacional, considerando que cada criança possui seu tempo e sua forma de aprendizado, e desta forma o educador cria possibilidades para alcançar excelência no seu fazer pedagógico e garantir assim o desenvolvimento integral das crianças.

O documento diz no que se refere a avaliação que,

[...], ao avaliar visamos o desenvolvimento integral e a construção da autonomia, da consciência crítica, da capacidade de ação e reação da criança, sendo um meio pelo qual o educador/ professor pode analisar a prática pedagógica e não um fim em si mesmo, para quantificar o que foi aprendido. (SEMED, 2015, p. 33)

Desta forma, afirmando que o processo avaliativo na Educação Infantil não possui o intuito de quantificar a aprendizagem das crianças, mas sim contribuir para que seus alunos se desenvolvam em todos os aspectos propostos nos documentos legais para essa fase de ensino.

A avaliação na Educação Infantil não deve em hipótese alguma objetivar a promoção ou a progressão do aluno, mas sim acompanhar e otimizar o desenvolvimento integral de cada criança, considerando-as um ser histórico e capaz de criar e recriar conceitos. Nesse sentido, o município de Benjamin Constant em sua Proposta Pedagógica para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (2015) considera que quando se avalia,

[...], temos que ter clareza dos princípios de avaliação que devem partir de uma concepção e pedagogia histórico-crítica, a qual visa a compreensão da realidade, dando prioridade à educação como instrumento de transformação e de formação para a cidadania. A prática de avaliação deve ser, neste sentido, emancipadora, diagnóstica e pressupor tomada de decisão no âmbito pedagógico. (SEMED, 2015, p.33)

Assim sendo, o município possui em seus cunhos legais a orientação de uma pedagogia e uma avaliação que considera todo o histórico, as vivências das crianças e toda a bagagem que

elas trazem consigo para dentro do âmbito escolar, considerando a realidade dessas crianças para um fazer pedagógico mais eficaz.

O mesmo documento enfatiza e define algumas formas avaliativas, sendo elas:

- ❖ **Diagnóstica:** Tem a função de diagnóstico, sendo caracterizada pela realização de uma investigação do que as crianças sabem, quais dificuldades enfrentadas e porquê.
- ❖ **Contínua:** Norteia todas as ações, pois acontece dentro do e no processo educativo, por meio do acompanhamento da aprendizagem, identificando as conquistas, os desafios, as dificuldades e o desenvolvimento real da criança, [...].
- ❖ **Formativa:** Visa a formação integral, a construção de valores e dos princípios de autonomia, contribuindo na formação de um sujeito consciente, responsável e solidário.
- ❖ **Cumulativa:** É o conjunto das avaliações realizadas no decorrer do trimestre, de forma contínua e progressiva, sob variados instrumentos e procedimentos, [...].
- ❖ **Diversificada:** Parte da análise dos vários instrumentos utilizados para avaliar as diferentes situações de aprendizagem. Avaliando também o desenvolvimento do educando nas dimensões cognitiva, afetiva, psicomotora e organizacional. (SEMED, 2015, p.33-34)

Desta forma a rede municipal de ensino não define apenas uma forma de avaliar na Educação Infantil, mas sugere uma avaliação que considera o aluno como centro da educação e como norte de suas ações pedagógicas, uma vez que o fazer pedagógico dos professores deverá considerar e objetivar o desenvolvimento integral do aluno, e de acordo com os resultados avaliativos, repensar e refazer suas práticas de acordo com as necessidades dos discentes.

A Proposta Pedagógica municipal considera fundamental para uma boa avaliação promover a participação da família na educação, ponto esse que se fez crucial ainda mais com a chegada da pandemia, pois, para que houvesse a continuação das atividades escolares, mais do que nunca se fez indispensável o acompanhamento dos pais na educação de seus filhos.

Pode-se dizer que a pandemia proporcionou ou obrigou, os pais a serem mais participativos na vida escolar de seus filhos, uma vez que os mesmos dependem deles para a participação das aulas a distância e para a realização das atividades passadas pelos professores.

A avaliação na Educação Infantil baseia-se segundo Bindá (2015),

[...] no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. (BINDÁ, 2015, p. 38)

Considerando que a avaliação nessa fase de ensino é realizada através do acompanhamento do desenvolvimento da criança, não se pode desconsiderar que o professor necessita está diretamente observando cada processo da criança em âmbito escolar. No entanto,

como o professor irá realizar tal acompanhamento em meio a pandemia, onde é indicado o distanciamento social?

Considerando a precariedade do meio digital que o município possui, em específico e internet, além das condições financeiras de algumas famílias que muitas das vezes nem fazem o uso de aparelho celular, a maneira em que se faz possível observar os campos de desenvolvimento integral da criança da educação infantil é via WhatsApp, no entanto, tal mediação não consegue abranger a todos os discentes matriculados nessa etapa de ensino.

Sendo assim, as crianças que não disponibilizam do uso de internet, são atendidas somente através das orientações dados aos pais, pelas aulas via rádio e pelo acompanhamento da apostila, que ao fim do bimestre é entregue na escola para a correção das atividades pelos professores.

Assim sendo, foi indispensável questionar a professora sobre: Como ocorre a avaliação na Educação Infantil considerando os aspectos do desenvolvimento integral da criança no período de pandemia?

Em resposta a professora disse que: *“Nesse período, realizamos conforme as peculiaridades vivenciadas, os alunos que as famílias tem acesso ao WhatsApp é feito conforme as atividades postadas nos grupos, nos acompanhamentos das apostilas e participação via rádio, já as CRIANÇAS que não tem WhatsApp, é somente através das atividades das apostilas, já que este momento não permite contato por cuidado com as CRIANÇAS, os pais vão até a escola, e os mesmos fazem acompanhamento via rádio e assim ficam sabendo dos fatos, como REUNIÃO, entrega das apostilas etc”*.

Na sua fala, a professora cita ‘grupos de WhatsApp’, no qual pude fazer parte durante o período em que a pesquisa foi realizada, grupo este que participam somente os pais dos alunos da referida professora. Lá a professora enviava mensagens de incentivo às crianças, questionava em alguns momentos aquelas crianças que se faziam ausentes na participação no grupo e nas aulas via rádio, sempre considerado a precariedade da internet local.

Ela enviava vídeos educativos conforme o que iria ser trabalhado durante a semana e de cuidados com a higiene seguido de orientações cautelares para o vírus da COVID-19, através de áudios lançava desafio para as crianças cantarem músicas e enviarem seus áudios cantando, enviava as atividades que deveriam ser realizadas na apostila no dia e/ou na semana, mandava também algumas atividades complementares e etc.

Muitas das vezes as postagens realizadas pela professora eram feitas tarde na noite, período em que a internet possui uma melhor qualidade para o envio de vídeos, áudios, entre

outros. Em contrapartida, os pais e responsáveis pelas crianças enviavam fotos das produções realizadas pelas crianças, fotos dos alunos durante a realização das atividades, áudios delas cantando, entre outros.

### 3.3 CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PANDEMIA

O ato avaliativo é uma possibilidade de o professor refletir sobre o seu próprio olhar a respeito da criança e sobre o seu próprio fazer pedagógico, com a finalidade de aprimorar suas práticas e obter melhores resultados com as crianças. Como afirma Libâneo (1994),

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. (LIBÂNEO, 1994, p.195)

Considerando que a avaliação na Educação Infantil não objetiva a promoção dos alunos de uma série para outra, mas sim garantir o desenvolvimento integral dos mesmos, é importante conhecer os critérios e instrumentos avaliativos utilizados nessa fase de ensino.

Diante disto, dentre as indagações contidas no questionário aplicado, foi colocada a pergunta: Quais critérios avaliativos estão sendo utilizados para avaliar as crianças do pré II na escola Frei Benigno Falchi?

Em resposta a professora disse: *“Neste período são: participação, realização das atividades conforme suas capacidades e desenvolvimento da linguagem oral e escrita, por meio de desenhos, pintura, áudios, etc.”*

Assim sendo, é utilizado critérios avaliativos de acordo com o que é possível avaliar nas aulas via rádio e no acompanhamento das atividades através dos grupos de WhatsApp, mantendo o distanciamento conforme o que é indicado nesse momento de pandemia que se vive. É considerado também a capacidade de cada aluno, uma vez que cada criança possui seu tempo de aprendizagem e produção. De acordo com o que afirma Oliveira (2011),

A avaliação educacional requer um olhar sensível e permanente do professor para compreender as crianças [...]. Perpassa todas as atividades, mas não se confunde com aprovação/reprovação. Sua finalidade não é excluir, mas exatamente o contrário: incluir as crianças no processo educacional e assegurar-lhes êxito em sua trajetória por ele. (OLIVEIRA, 2011, p.259)



Respeitar o tempo de cada criança se faz fundamental no processo avaliativo da Educação Infantil, e dentro desse novo modelo do fazer pedagógico a avaliação requer uma flexibilidade maior do professor ao avaliar as ações do aluno.

Sabe-se que a observação como instrumento no processo avaliativo da Educação Infantil, é algo fundamental para o acompanhamento dos progressos e dificuldades que a criança sofre no decorrer do ano letivo.

No entanto, a observação no novo modelo educacional presente no município por conta da pandemia, não permite que tal observação ocorra de forma contínua e satisfatória a ponto de atingir objetivos e conhecer a fundo as habilidades cognitivas, sociais e afetivas das crianças. Uma vez que nem todos os dias a professora recebe informações das atividades realizadas pelas crianças, já que nem todos os pais possuem acesso à internet e em virtude da precariedade do fornecimento de internet no município.

Por conta disso, a professora realiza a avaliação de acordo com as informações passadas através dos pais para ela, com a realização das atividades da apostila, a participação nas aulas via rádio, no atendimento presencial para os pais que não utilizam a internet com orientações sobre as atividades. É utilizado pela professora para avaliar as crianças a ficha de registro e o parecer descritivo.

Os Registros permitem ao professor realizar uma correlação com a teoria e prática, uma vez que é o mesmo quem realiza a descrição de suas observações com relação ao desenvolver do aluno, e assim sendo, permitindo o mesmo a repensar as práticas educacionais na Educação Infantil com o intuito de sempre garantir o pleno desenvolvimentos dos discentes participantes desse processo.

De acordo com a Proposta Pedagógica Municipal,

Os registros devem ser feitos em fichas ou cadernos avaliativos específicos, no qual cada educador/professor pode anotar a respeito de acontecimentos novos; conquistas e/ou mudanças de sua turma, de um grupo ou de uma criança em particular; dados e situações significativos acerca do trabalho realizado e percepções sobre as próprias atitudes e sentimentos. (SEMED, 2015, p. 56)

Esses registros são de suma importância para a vida social e escolar das crianças, considerando que tais registros irão acompanhá-las para o resto de suas vidas, e é por isso que se faz indispensável que a avaliação realizada na Educação Infantil seja feita de forma responsável e aberta a possíveis mudanças nas práticas educativas, avaliativas e até mesmo de objetivos.

No que diz respeito à observação como instrumento de avaliação, a Proposta Municipal orienta, “a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.” (SEMED, 2015, p. 13). No entanto, com a pandemia observar criticamente um processo no qual o professor não está participando ativamente, em virtude da inconsistência da internet, não se faz possível.

A ficha de registro utilizada contém como critérios avaliativos os campos de experiências utilizados na elaboração da apostila, sendo eles: **O eu, o outro e nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.**

Figura: Ficha de Registro Avaliativa

ESTADO DO AMAPÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SECRETARIA EXECUTIVA PEDAGÓGICA

ESCOLA MUNICIPAL: DE EDUCAÇÃO INFANTIL FREI BENIGNO FALCH ZONA: URBANA  
FOLHA DE REGISTRO DE AVALIAÇÃO DO 1º BIMESTRE  
NÍVEL/MODALIDADE DE ENSINO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-II  
PROFESSOR (A): ANO ESCOLAR: 2020 TURMA: E TURNO: VESPERTINO

CONCEITOS DE AVALIAÇÃO: AS (aprendizagem satisfatória); ANS (Aprendizagem não satisfatória)

Nº NOME DO ALUNO	O EU, O OUTRO E O NÓS			CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS			TRAÇOS, SOMS, CORES E FORMAS			ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO			ESPAÇOS, TEMPO, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES		
	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA
01	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
02	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
03	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
04	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
05	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
06	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Frei Benigno Falch

Figura: Ficha de Registro Avaliativa

ESTADO DO AMAPÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SECRETARIA EXECUTIVA PEDAGÓGICA

ESCOLA MUNICIPAL: DE EDUCAÇÃO INFANTIL FREI BENIGNO FALCH ZONA: URBANA  
FOLHA DE REGISTRO DE AVALIAÇÃO DO 1º BIMESTRE  
NÍVEL/MODALIDADE DE ENSINO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-II  
PROFESSOR (A): ANO ESCOLAR: 2020 TURMA: E TURNO: VESPERTINO

CONCEITOS DE AVALIAÇÃO: AS (aprendizagem satisfatória); ANS (Aprendizagem não satisfatória)

Nº NOME DO ALUNO	O EU, O OUTRO E O NÓS			CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS			TRAÇOS, SOMS, CORES E FORMAS			ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO			ESPAÇOS, TEMPO, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES		
	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA	CONTEÚDO ANALITICO DA APOSTILA
07	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
08	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
09	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
10	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
11	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
12	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
13	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
14	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
15	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
16	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
17	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
18	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS
19	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS	ANS
20	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
21	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
22	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
23	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
24	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS
25	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS	AS

PROFESSOR (A): \_\_\_\_\_ GESTOR (A): *Jana Oliveira Góes Silva*

NOTA: OS ALUNOS QUE NÃO PEGARAM AS APOSTILAS, NÃO REALIZARAM SUAS ATIVIDADES BEM COMO PARTICIPAÇÃO E ACOMPANHAMENTO VIA RÁDIO, NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR A AVALIAÇÃO, PORTANTO SEU CONCEITO AVALIATIVO FOI: ANS - APRENDIZAGEM NÃO SATISFATORIA

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Frei Benigno Falch.

Analisando a ficha de registro de avaliação do 1º bimestre do ano de 2020, disponibilizada pela professora, pois segundo ela ainda não foi preenchida nenhuma ficha do referido ano, inicialmente percebe-se que ela preenchida através de dois conceitos sendo eles: Aprendizagem Satisfatória (AS) e Aprendizagem Não Satisfatória (ANS). E diante disso dois alunos possuem em suas avaliações ANS e um aluno não contém nenhum desses conceitos.

A professora relatou que sua avaliação ocorre perante a participação dos alunos nas aulas via rádio, em grupos de WhatsApp, no atendimento aos pais e na entrega das apostilas, porém, a Resolução CNE/ CP Nº 2 em seu Art.16 parágrafo 1º suspende a frequência na educação infantil, o que inviabiliza tal organização avaliativa.

Segundo a Proposta Pedagógica, “[...], a avaliação é formalizada por meio de um Parecer Descritivo, o qual traz informações individuais de cada criança sobre o seu desenvolvimento e sua aprendizagem.” (SEMED, 2015, p. 35)

Tal Parecer Descritivo é um documento no qual obtém informações sobre cada criança de forma individual, no qual toda informação contida nele dever ser compartilhada com os pais. De acordo com o documento analisado,

O Parecer Descritivo é um instrumento de registro qualitativo, de cunho argumentativo, descritivo, que contém relato do processo de aprendizagem e de desenvolvimento de cada criança. Quando bem escrito aponta claramente em que e como a criança precisa ser atendida, suas características, os desafios, os avanços, as dificuldades, aprendizagens construídas, bem como atividades desenvolvidas na unidade de ensino e as ações do educador/professor para resolução ou minimização de possíveis problemas. (SEMED, 2015, p.57)

Assim sendo, o parecer descritivo permite ao professor e aos pais acompanhar o processo educativo de cada criança, uma vez que nele estará contida informações que subsidiarão a prática educativa do professor. Caso seja considerada as dificuldades e/ou progressos dos alunos para assim prosseguir ou não com suas ferramentas metodológicas é possível traçar outros objetivos e métodos mediante as necessidades de seus educandos.

Esse parecer é guiado nos campos de experiências com base na BNCC, através da interação e brincadeira, e atividades remotas durante a pandemia. Relata como foi a participação do aluno, analisa as atividades realizadas pelo o mesmo dizendo de foram ou não satisfatórias, e por fim, diz se a criança se adaptou ou não ao novo modelo de ensino realizado nesse momento pandêmico.

Apreciando o Parecer Descritivo do ano de 2020 do Pré II (ANEXO B), compreende-se que ele possui como guia os campos determinados pela BNCC, contemplando os padrões de orientações e cuidados da pandemia. Traz relatos sobre a caminhada educacional da criança,

sua forma de participação nesse processo, os desenvolvimentos diante das atividades da apostila referentes a pinturas, desenhos, escrita, etc.

Descreve também, através de conceitos (no caso da ficha apresentada, utilizou o conceito Satisfatório) progressos diante de cuidados com a higiene e cuidados referentes a COVID-19 e compreensão do momento de pandemia com relação ao novo modelo educacional instalado no município.

De acordo com relatos da professora o Parecer Descritivo organizou-se diante de três níveis: os alunos que faziam o acompanhamento online, via rádio e presencial; os alunos que fizeram o acompanhamento semipresencial e via rádio; e os que não participavam em nenhuma modalidade, mas que de forma corriqueira os pais iam em busca de atendimento na escola.

Com isso, é possível constatar que a adaptação ao atual modelo educacional é um processo que diante as dificuldades tanto da família quanto da escola, requer que ambos estejam juntamente comprometidos diante de um mesmo objetivo, que é a garantia do direito a educação.

A professora forneceu para a pesquisa as fichas de registros e parecer descritivo do ano de 2020, uma vez que segundo ela, do ano de 2021 ainda não foi feito nenhum parecer e nenhuma ficha de registros. Porém, no ano presente irá seguir os mesmos modelos dos dois documentos avaliativos cedidos para a avaliação.

Tendo em vista que a avaliação é algo que irá acompanhar a criança em toda a sua caminhada educacional, dentro do questionário perguntou-se a professora: Quais os impactos que a pandemia trouxe para o fazer pedagógico e para a prática avaliativa dos professores da Educação Infantil?

Em resposta a professora diz: *“Neste momento falar em avaliação, se torna difícil, pois o momento que vivemos , tivemos que nos reinventar, mudar nossas práticas, nosso modo de brincar, cuidar, onde nossas CRIANÇAS ouviam e falavam ao mesmo tempo, hoje tornou-se método auditivo onde eles escutam e acompanham o desenvolvimento das orientações nas aulas via rádio, o grande impacto não só na escola mas nas famílias, que tiveram de acumular várias atividades, e para mim o fazer pedagógico a distância, isso foi inovador.”*

Diante da resposta dela, entende-se que mudar a forma do fazer pedagógico, trouxe inovações para a escola e família, e a distância entre escola e aluno é o que torna mais difícil a prática educativa, no entanto, se há um ponto que para a educação de forma geral tornou-se positivo, foi a consolidação da relação entre escola e família, que antes da pandemia nem sempre se mantinham tão sólidas quanto hoje.

É considerável que as famílias foram as impactadas, uma vez que não é fácil assimilar as obrigações diárias que as mesmas já possuíam, com o auxílio nas atividades escolares de seus filhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisa o processo de avaliação na educação infantil no período de pandemia, considerando os aspectos do desenvolvimento integral das crianças e a repercussão na vida escolar e social das crianças. E para a elaboração do estudo foi realizada pesquisas e estudos referentes ao tema abordado, fazendo assim uma análise histórica e dos documentos legais sobre conceitos de criança, infância, educação e avaliação para entender como se deu o processo educacional para que hoje seja apresentado de tal maneira.

Diante dos protocolos de proteção contra o vírus da COVID-19 foi possível a realizar o acompanhamento das aulas via rádio, do grupo de WhatsApp da turma do pré II que a professora está inserida, a aplicação do questionário através de aplicativos de mensagens, a análise dos documentos cedidos pela SEMED, pela professora e documentos legais que orientam as práticas educacionais das aulas não presenciais.

Perante a análise documental realizada dos documentos de cunho municipal o que se percebe é o Projeto Educacional “Rádio Escola Nas Ondas do Conhecimento” começou a ser aplicado antes mesmo de sua aprovação pelo Conselho Municipal de Educação, uma vez que a abertura do projeto se deu no dia 06 de julho de 2020, e a aprovação dele só se efetivou somente quatro meses depois. Tal equívoco poderia acarretar imensuráveis prejuízos para a educação municipal caso o mesmo não tivesse sido aprovado.

Em análise ao Projeto Rádio Escola e a Proposta Pedagógica municipal demonstram considerar que a organização referente a educação infantil acontece em prol da criança que é atendida nessa etapa, e que busca promover o pleno desenvolvimento delas, para que se tornem cidadãs ativamente participantes e justos, fazendo vales seus direitos e deveres.

Ao aprofundar os estudos do projeto Rádio Escola e diante da resposta obtidas através do questionário, se tem uma clara visão de que diante de todos os esforços para dar continuidade à atividades educacionais durante a pandemia, o rádio foi o meio em que obteve mais alcance das crianças, estimando que nem todas as famílias possuem acesso à internet, e as que possuem, encontram grandes dificuldade para a sua plena utilização.

Não somente as crianças e suas famílias obtiveram dificuldades para aderir as novas metodologias, mas toda a equipe escolar também, que tiveram que se reinventar e ir em buscas de novas aprendizagens para tornar possível as aulas via rádio.

A Educação Infantil é uma etapa de ensino que não objetiva uma progressão, mas sim o pleno desenvolver das crianças, e com isso o cuidar, educar e brincar é parte indissociável desse processo. No entanto, com as aulas não presenciais, o professor deixa de assumir diretamente

o papel de mediador da criança, passando a ser os pais os responsáveis por proporcionar condições para esse desenvolvimento.

Contudo, nota-se que o desenvolvimento integral por meio do educar, cuidar e brincar, pode ficar comprometido, considerando que dentro do ambiente familiar não há espaços pedagógicos adequados, os pais não tem formação para isso, e o processo de apostilamento conduz somente a atividades motoras.

Considerando isso, o processo avaliativo na pandemia utilizou como instrumentos avaliativos a realização das atividades da apostila, grupos de WhatsApp para envio e orientação das tarefas a serem feitas, Fichas de Registros Avaliativos e Parecer Descritivo. E como subsídios para a utilização desses instrumentos procedeu-se como critérios avaliativos a participação dos alunos nas aulas via rádio, no grupo de mensagens, nas orientações aos pais e nas atividades realizadas da apostila.

No entanto, utilizar como critério avaliativo a participação diante do atual modelo educacional torna-se contraditório mediante a Resolução CNE CP Nº 2 onde prevê em seu art.16 a suspensão das frequências na modalidade de ensino não presencial da Educação Infantil.

De acordo com isso, hoje a avaliação da educação infantil no município encontra-se comprometida por conta de seus critérios avaliativos, por outro lado, avaliar diante esse novo modelo educacional em prol da garantia do pleno desenvolvimento da criança, é cabível que a avaliação ocorra de maneira diagnóstica, apontando suas capacidades e habilidades durante o processo escolar, assim como ocorre quando realizado o parecer descritivo. Já a utilização das fichas avaliativas torna-se incabível nesse processo, diante do efetivo modelo educacional.

Portanto, a avaliação é uma forma de analisar o processo educacional seus resultados devem servir de subsídio para a organização e reorganização da educação, com pandemia o município de Benjamin Constant deparou-se com diversos obstáculos, no entanto, vem buscando a melhor forma de atender seus alunos de maneira igualitária.

O atual modelo educativo acarretou diversos impactos às crianças da Educação Infantil, considerando que suas interações e desenvolvimento sociocultural foram os de mais efeito para elas, pois sem o contato pessoal, compromete-se o desenvolver das crianças em todos os seus aspectos.

## REFERÊNCIAS

- ANGOTTI, Maristela. O trabalho docente na pré-escola: revisando teorias, discutindo práticas. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARRETO, J. da Silva; AMORIM, M. R.O. R. M; CUNHA, Célio. Pandemia da COVID-19 e os Impactos da Educação.
- BINDÁ, Simone da Silva. Avaliação na educação infantil em uma escola pública do município de Benjamin Constant. Benjamin Constant: UFAM, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 05 out 1998.
- BRASIL, Resolução CNE/CP Nº2. Brasília: Diário Oficial da União, 2020.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/ CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/ SEB/ DICEI, 2013.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20/12/1996 – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil: DF. MEC/INEP.
- BRASIL. Referencial Curricular nacional para a educação infantil. Volume 1: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CIPRINO, Emilia. Avaliação, Espinha Dorsal do Projeto Político-Pedagógico. In. MELO, Marcos Muniz (Org.). Avaliação na Educação. Pinhais, PR: Melo, 2007.
- DEMO, Pedro. Avaliação sob o olhar propodêutico.5.ed.Campinas, SP: Papirus, 2003.
- FREIRE, Mandela. Observação, registro e reflexão. Instrumentos Metodológicos I. 2. ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.
- GEMIO, Ana Beatriz Final. Avaliação na Educação Infantil. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2007.
- GODOI, Elisandra Girardelli. Avaliação na Educação Infantil: um encontro com a realidade. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.



GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas, v 35, n.2, mar/abr. 1995.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Janete; RAQUEL, Sandra Denis; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

KUHLMANN, M. Educação Infantil e currículo. In: Faria, A. L. G.; PALHARES, M. S. (org). Educação Infantil pós LDB: rumores e desafios. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBÂNIO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez Editora, (Coleção Magistério 2º Grau; Série Formando Professor). 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrede; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MASINI, Elcie F. Salzano. Enfoque Fenomenológico de pesquisa em educação. In. FAZENDA, Ivani.(Org). Metodologia da pesquisa educacional. 6.ed. São Paulo, Cortez, 2000. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola;v.11).

MILLER, Thamilly Pires. As crianças e as brincadeiras no cotidiano pré-escolar: um olhar para as produções culturais inafantis entre pares. Benjamin Constant, 2019.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7.ed. São Paulo: Cortez, (Coleção Docência em Formação). 2011.

PONTES, Elizabete Guimarães. PESSOA, Raquel Maynard L. A importância da Avaliação do Desenvolvimento da Criança na Educação Infantil. 2014. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpb.br> . Acesso em: 08 de abril de 2021.

SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 5ed. Niterói, RJ: Impetus, 2005.

SILVA, Ceris Ribas da; CASTANHEIRA, Maria Lucia. Instrumentos de Avaliação Diagnóstico e Planejamento. In. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Alfabetização e Letramento na infância. 2005.

SEMED. Proposta Pedagógica para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino. Benjamin Constant: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

TREVISAN, Rita. O que diferencia a BNCC para a Educação Infantil do DCNEI e do RCNEI? SA. Disponível em: <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/57/o-que-diferencia-a-bncc-para-a-educacao-infantil-do-dcnei-e-do-rcnei>. Acessado em: 01 de julho de 2021.

VIEIRA, Letícia e RICCI, Maikr C. C. A Educação em Tempos de Pandemia: Soluções Emergenciais pelo Mundo. Santa Catarina: OEMESC. 2020. Disponível em: <http://www.udesc.br/ensinomedioemsc>. Acesso em: 06 de abril de 2021.

ZABALDA, Miguel. Os diferentes âmbitos da avaliação. In: Revista Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed Editora, Ano IV, n. 10. mar/jun., 2006)

# APÊNDICE

## APÊNCICE A – QUESTIONÁRIO

1. Antes do Projeto Rádio Escola, como a escola se organizava pedagogicamente para desenvolver atividades com as crianças da Educação Infantil?
2. Como ocorre a avaliação na Educação Infantil considerando os aspectos do desenvolvimento integral da criança no período de pandemia?
3. Que repercussão possui a avaliação na vida escolar e social da criança?
4. Quais critérios avaliativos estão sendo utilizados para avaliar as crianças do pré II na escola Frei Benigno Falchi?
5. Quais instrumentos utilizados para avaliar nesse período de pandemia?
6. Quais os impactos que a pandemia trouxe para o fazer pedagógico e para a prática avaliativa dos professores da Educação Infantil?

# ANEXOS

## **ANEXO A – Projeto Educacional Rádio Escola: nas Ondas do Conhecimento**

## **ANEXO B – Parecer Descritivo**